

SOCIOLOGIA



CELITO MEIER

CONTEÚDO

CELITO MEIER	3
A SOCIOLOGIA: UMA CIÊNCIA MODERNA	4
ANTROPOLOGIA: CIENCIA DA ALTERIDADE	11
AUGUSTO COMTE O NASCIMENTO DA SOCIOLOGIA COMO CIÊNCIA	20
Émile Durkheim e o objeto da sociologia.....	31
MODERNIDADE E RACIONALIDADE - AÇÃO SOCIAL E TIPO IDEAL	47
MAX WEBER RELIGIÃO E CAPITALISMO	54
Max Weber. Ética da convicção e ética da responsabilidade política	64
KARL MARX (1818- 1883): CRITICA ANTI-CAPITALISTA	73
GEORG SIMMEL: MODERNIDADE E VIDA NERVOSA	82
Michel Foucault: Sociedades disciplinares	87
Norbert Elias e o Processo Civilizador.....	98
Escola de Frankfurt e a Indústria Cultural.	106
Gilberto Freyre E O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL	117
FLORESTAN FERNANDES e a escravidão que continua	122
Sergio Buarque De Holanda. Raízes do Brasil	128
DARCY RIBEIRO. O hibridismo do povo brasileiro.....	138
GLOBALIZACAO	146
Minorias e Movimentos Sociais	156
Projetos econômicos: neoliberalismo e social-democrata	163
GABARITO DAS QUESTÕES	173



CELITO MEIER

Instagram: celitomeier

Facebook: Celito Meier Educação

Site: www.cmedu.com.br

E-mail: contato@cmedu.com.br

- DOUTORANDO em Ciências Sociais na PUC MINAS.À
- MESTRADO em Teologia pelo Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus, atualmente Faculdade Jesuítica (FAJE), (entre 1998-1999).
- PÓS-GRADUAÇÃO/ ESPECIALIZAÇÃO em Educação, em Metodologia em Ensino Básico, pelo CENTRO de Estudos e Pesquisas Educacionais de Minas Gerais (CE-PEMG) (2007-2008).
- GRADUAÇÃO em Teologia pelo Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus (1989-1992).
- LICENCIATURA PLENA em Filosofia pela UNISINOS, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. RS (1987-1988).
- GRADUAÇÃO em Filosofia pelo Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus (Entre 1983-1986).



AULA 1.

A SOCIOLOGIA: UMA CIÊNCIA MODERNA

O contexto histórico no interior do qual irá construir-se, formar-se e desenvolver-se a sociologia é o da emergente sociedade capitalista, na modernidade europeia. As profundas mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais exigiam novas explicações, solicitavam novos métodos investigativos capazes de fornecer uma perspectiva analítica do que estava acontecendo. Dessa forma, as teorias sociológicas e os conceitos que serão construídos trazem as marcas desse contexto e se tornam expressão do pensamento moderno.



O século XVIII é conhecido como “século das luzes”, do movimento iluminista, da confiança nos poderes da razão e das lutas em prol da liberdade de pensamento. Os representantes maiores desse movimento são os precursores da sociologia: John Locke (1632-1704), Montesquieu (1689-1755), Voltaire (1694-1778), Rousseau (1712-1778), Immanuel Kant (1724-1804). Na dinâmica desse pensamento, duas dimensões se articulam: a crítica social e a busca por conhecimento seguro.

O sociólogo brasileiro Carlos Benedito de Campos Martins faz um retrato da vida social em movimento, a partir do qual nascerá a sociologia como o olhar que buscará compreender esse novo tecido social.



Num período de oitenta anos, ou seja, entre 1780 e 1860, a Inglaterra havia mudado de forma marcante a sua fisionomia. País com pequenas cidades, com uma população rural dispersa, passou a comportar enormes cidades, nas quais se concentravam suas nascentes indústrias, que espalharam produtos para o mundo inteiro. Tais modificações não poderiam deixar de produzir novas realidades para os homens dessa época. A formação de uma sociedade que se industrializava e urbanizava em ritmo crescente implicava a reordenação da sociedade rural, a destruição da servidão, o desmantelamento da família patricial etc. A transformação da atividade artesanal em manufatureira e, por último,



em atividade fabril, desencadeou uma maciça emigração do campo para a cidade, assim como engajou mulheres e crianças em jornadas de trabalho de pelo menos doze horas, sem férias e feriados, ganhando um salário de subsistência. Em alguns setores da indústria inglesa, mais da metade dos trabalhadores era constituída por mulheres e crianças, que ganhavam salários inferiores dos homens. A desapareição dos pequenos proprietários rurais, dos artesãos independentes, a imposição de prolongadas horas de trabalho etc. tiveram um efeito traumático sobre milhões de seres humanos ao modificar radicalmente suas formas habituais de vida. Estas transformações, que possuíam um sabor de cataclisma, faziam-se mais visíveis nas cidades industriais, local para onde convergiam todas estas modificações e explodiam suas conseqüências.

MARTINS, C.B, C.O que é sociologia?
38 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 12

O nascimento e o rápido crescimento do setor industrial inglês provocou o êxodo rural e, com ele, rapidamente se formam as diferentes classes sociais. Falar em modernidade é falar em revolução. Essa revolução, que se inicia na forma de pensar, manifesta-se em muitos campos. A passagem do pensamento da matriz religiosa para a matriz laica e/ou secular pode ser verificada em praticamente todos os campos.



Na modernidade, as justificativas da ação humana e da norma moral se fundamentam não mais em explicações religiosas, mas na lei natural, no interesse e na razão humana. Essa consciência da responsabilidade humana, vinculada à liberdade e à dignidade humana, está na base das grandes revoluções modernas: Revolução Americana de 1776, Revolução Industrial e Revolução Francesa. Em 14 de julho de 1789, o movimento revolucionário conquistou Bastilha, que era o símbolo do poder vinculado aos nobres e aos monarcas absolutos. A derrubada desse Antigo Regime colaborou para a formação e o fortalecimento de uma nova consciência, a consciência da historicidade, da dinamicidade da vida que, agora, não mais se encontra vinculada à vontade divina, mas se encontra nas mãos dos homens, construtores de seu próprio destino. Nesse novo contexto, a tônica é a mudança. Mudam os modos de produção e o trabalho humano passa a estar estreitamente ligado às máquinas e inovações tecnológicas.

O processo de urbanização, que acontece com a industrialização, evidencia a complexidade da vida humana em sociedade, objeto de estudo das ciências sociais. A sociologia é filha da modernidade, nasce para analisar e compreender a complexidade desse novo tecido social e a força coercitiva dessa realidade sobre os comportamentos individuais.

QUESTÕES



Questão 01.

Toda investigação científica se relaciona com um grupo determinado de fenômenos abrangidos numa mesma definição. A primeira tarefa do sociólogo é, portanto, definir as coisas que está estudando, para que se possa saber de que se trata, e para que ele o saiba também.

DURKHEIM, E. Les regles de la Méthode sociologique, p. 34.

Não é vedado à ciência estudar avaliações, desde que por sua vez não avalie. [...]. Enfim, a ciência pode dizer-nos o que podemos e, conforme o caso, o que queremos fazer; de modo algum, porém, o que devemos fazer. [...]. O sociólogo tem por tarefa analisar as estruturas da sociedade, a natureza das convenções, do direito, da política e da economia e não fazer as vezes de reformador social ou decretar qual a sociedade melhor.

FREUND, Julien. Sociologia de Max Weber. Trad. Luís Claudio de Castro. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987. p.65.



Com base nesses fragmentos e em outros estudos sobre a sociologia infere-se que ela é a ciência



- A. que realiza uma profunda e sistemática crítica social, referindo-se aos valores ideais para o convívio social.
- B. aborda as ações sociais e busca, sem sucesso, a verificação de alguma lógica ou racionalidade que exista na vida social.
- C. da estrutura e da dinâmica da vida coletiva, que analisa os condicionantes sociais das ações individuais e sociais.
- D. que se refere aos imprevisíveis acontecimentos sociais, frutos da liberdade e da espontaneidade humanas.
- E. carregada de ideologias, em cujo método de pesquisa científica torna-se inviável qualquer objetividade.

Questão 2. (ENEM 2016)

A sociologia ainda não ultrapassou a era das construções e das sínteses filosóficas. Em vez de assumir a tarefa de lançar luz sobre uma parcela restrita do campo social, ela prefere buscar as brilhantes generalidades em que todas as questões são levantadas sem que nenhuma seja expressamente tratada. Não é com exames sumários e por meio de intuições rápidas que se pode chegar a descobrir as leis de uma realidade tão complexa. Sobretudo, generalizações às vezes tão amplas e tão apressadas não são suscetíveis de nenhum tipo de prova.

DURKHEIM, E. O suicídio: estudo de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

O texto expressa o esforço de Émile Durkheim em construir uma sociologia com base na



- A. vinculação com a filosofia como saber unificado.
- B. reunião de percepções intuitivas para demonstração.
- C. formulação de hipóteses subjetivas sobre a vida social.
- D. adesão aos padrões de investigação típicos das ciências naturais.
- E. incorporação de um conhecimento alimentado pelo engajamento político.



AULA 2.

ANTROPOLOGIA: CIENCIA DA ALTERIDADE

O antropólogo polonês Bronislaw Malinowski (1884-1942) é considerado um dos fundadores da Antropologia Social. Sua reflexão antropológica supera a visão evolucionista e, com seu novo método antropológico, conhecido como etnografia, trouxe uma decisiva contribuição para os caminhos que a antropologia iria percorrer a partir de então. Em suas pesquisas e análises, o estudo das culturas foi seu objeto. Contra o olhar reducionista e etnocêntrico daqueles que concebiam determinadas culturas como bárbaras, selvagens ou primitivas, ele buscou um novo olhar, a partir de dentro da singularidade de cada cultura. A sua experiência de viver no interior de determinadas comunidades, observando suas ações e as representações dessas ações, foi decisiva para a divulgação e consolidação de um método de pesquisa social.

A antropologia é a ciência da alteridade, uma vez que tem como objetivo e objeto de estudo a compreensão do homem em sua diversidade étnica. Por alteridade compreendemos o estudo do outro, do diferente, em sua singularidade, em seus valores, em suas formas de expressar e cultivar sua identidade. Por isso, o “eu” somente se entende como “eu” à luz de um “outro”. Dessa forma, o encontro das diferenças é fundamental para a consciência das identidades que estão em relação. A alteridade implica a habilidade de colocar-se na ótica do outro e buscar ver o mundo com seus olhos. Em decorrência de um autêntico encontro com o outro, podem acontecer alterações nas próprias expressões culturais dos povos que entram em relação.

O século XVIII é conhecido como “século das luzes”, do movimento iluminista, da confiança nos poderes da razão e das lutas em prol da liberdade de pensamento. Os representantes maiores desse movimento são os precursores da sociologia: John Locke (1632-1704), Montesquieu (1689-1755), Voltaire (1694-1778), Rousseau (1712-1778), Immanuel Kant (1724-1804). Na dinâmica desse pensamento, duas dimensões se articulam: a crítica social e a busca por conhecimento seguro.

O sociólogo brasileiro Carlos Benedito de Campos Martins faz um retrato da vida social em movimento, a partir do qual nascerá a sociologia como o olhar que buscará compreender esse novo tecido social.

O Evolucionismo Cultural e o Culturalismo

Historicamente, a Antropologia surge no século XIX, sofrendo a influência do evolucionismo cultural, que marcava a concepção científica na época. Essa concepção evolucionista está no contexto da publicação da obra “A origem das espécies”, de Charles Darwin, em 1859. Nesse contexto de época, a ciência concebia os diferentes povos ou agrupamentos humanos como sujeitos em evolução. A ideia predominante era a de que todos evoluiriam numa mesma direção, passando por estágios, do menos para o mais, do simples para o mais complexo, do irracional para o racional.

Entre os antropólogos mais importantes desse período merecem destaque o americano Lewis Henri Morgan (1818-1881) e o Inglês Edward Tylor (1832-1917). Em 1877, Henry Morgan publica o seu estudo *Ancient Society*, traduzido como “A sociedade primitiva”. Nessa obra ficam bem definidos os estágios pelos quais os povos passariam em seu processo de desenvolvimento: inicialmente selvagens, os povos passam pelo estágio da barbárie até chegarem ao nível da civilização. Em uma das pontas, estariam os povos menos desenvolvidos, os selvagens, os bárbaros; na outra ponta, estaria a civilização européia, modelo para os demais povos.

Esse evolucionismo cultural serviu como a ideologia que motivou os processos de colonização realizados pelo imperialismo europeu nos diferentes continentes. Nesse contexto, entende-se a ideia de que haveria diferentes raças humanas. Esse conceito nasceu para justificar a exploração dos europeus sobre outros povos, outras etnias. Por isso, atualmente, o termo que se usa para essa atitude é etnocentrismo ou, especificamente, eurocentrismo. Ainda hoje podem ser ouvidas algumas expressões que marcaram esse período e essa ideologia carregada de etnocentrismo ou eurocentrismo, uma vez que consideravam a sociedade europeia como a referência de maior evolução. São exemplos dessa mentalidade, as expressões: “sociedades primitivas”, “civilizações evoluídas”.

O Culturalismo (Franz Boas)

Para o antropólogo moderno Franz Boas (1858-1942), cada cultura constrói seu próprio caminho, sofrendo inclusive as influências geográficas e climáticas. Sua abordagem estabelece a particularidade de cada cultura, estabelecendo a autonomia relativa de cada cultura, que vai se construindo historicamente. Por essa razão, não se deve fazer juízos de valor e comparações entre as diferentes culturas. Em decorrência desse posicionamento, teve decisiva atuação contra tendências racistas que imperavam nos Estados Unidos.

Lévi-Strauss e a luta contra o preconceito

O antropólogo Lévi-Strauss (1908-2009) é considerado fundador da antropologia estrutural.



“Enquanto as maneiras de ser ou de agir de certos homens forem problemas para outros homens, haverá lugar para uma reflexão sobre estas diferenças, que, de forma sempre renovada, continuará a ser o domínio da antropologia.”

LÉVI-STRAUSS, Claude. A crise moderna da Antropologia. Revista de Antropologia, v. 10. n.1-2, 1962. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo. Brasília: Paralelo Quinze. São Paulo: Unesp. 2000. P. 54

No reconhecimento da singularidade das diferentes etnias, Lévi-Strauss afirma:



Um povo primitivo não é um povo ultrapassado ou atrasado; num ou noutro domínio pode demonstrar um espírito de invenção e realização que deixa aquém os êxitos dos civilizados.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia estrutural. Trad. Maria do Carmo Pandolfo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967, p. 122

Além da visão distorcida e preconceituosa, costuma prevalecer, no senso comum, uma concepção essencialista de identidade cultural. Quando se pergunta, por exemplo, sobre o significado de ser índio costuma-se ouvir uma resposta padrão, universalizada, como se houvesse uma única identidade indígena, desvinculada de seu movimento histórico. Sobre essa ideia, veja o fragmento que segue:



[...] essa identidade cultural não é uma essência pura, que deve ser supostamente “preservada”, e sim um modo de se construir socialmente. Assim, seria melhor vermos a identidade cultural indígena como um conceito em disputa, sujeito a interações com outros grupos sociais e à própria interpretação feita pelos povos indígenas contemporâneos sobre suas origens e suas estratégias políticas.

MAIA, João Marcelo Ehlert; PEREIRA, Luis Fernando Almeida. Pensando com Sociologia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 82.

Portanto, a identidade cultural não é simplesmente singular e fixa, ou seja, não há um único jeito de ser índio, por exemplo, e nem permanece de uma única forma ao longo da história. A identidade é complexa e dinâmica. Sendo histórica, toda cultura é comunidade imaginada, pensada, inventada, em projeção e em realização.

QUESTÕES



Questão 01. (Enade 2011).

Cada vez que somos levados a qualificar uma cultura humana de inerte ou estacionária, devemos, portanto, nos perguntar se este imobilismo aparente não resulta da ignorância que temos de seus interesses verdadeiros, conscientes ou inconscientes, e se, tendo critérios diferentes dos nossos, esta cultura não é, a nosso respeito, vítima da mesma ilusão.

LÉVI-STRAUSS, C. Raça e História. In: Antropologia Estrutural
Dois, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976, p. 346.

O fragmento de texto acima foi utilizado por um professor de Antropologia em uma atividade preparatória para uma pesquisa de campo em uma pequena localidade urbana, envolvendo seus alunos, em sua maioria jovens moradores de uma metrópole.

A qual objetivo metodológico presente na obra de Lévi-Strauss atende a proposta desse professor?



- A) Estar atento às diferentes perspectivas presentes em outras sociedades, a fim de melhor classificá-las e compará-las em sua complexidade.

- B) Apurar o olhar para o conhecimento da diferença, compartilhando com o outro suas perspectivas e visões de mundo.
- C) Adotar uma vigilância epistemológica frente ao que, a princípio, pode parecer aos olhos do pesquisador uma sociedade sem história.
- D) Perceber que o outro também tem atitudes etnocêntricas frente à sua sociedade, cabendo ao pesquisador resguardar-se em suas relações de campo.
- E. Compreender que, apenas com o estudo prolongado, o antropólogo é capaz de traduzir por completo os códigos culturais de uma sociedade

Questão 02.

A etnicidade refere-se às práticas e às visões culturais de determinada comunidade de pessoas que as distinguem de outras. Os membros dos grupos étnicos consideram-se culturalmente distintos de outros grupos. (...). Na verdade, não há nada de inato na etnicidade; é um fenômeno puramente social, produzido e reproduzido ao longo do tempo. Através da socialização, os jovens assimilam os estilos de vida, as normas e as crenças de sua comunidade. (...). O etnocentrismo e o fechamento de grupo freqüentemente andam juntos. O “fe-

chamento” refere-se ao processo pelo qual os grupos mantêm fronteiras que os separam de outros. Essas fronteiras são formadas por meio de dispositivos de exclusão, que aguçam as divisões entre um grupo étnico e outro que incluem a limitação ou a proibição do casamento entre os grupos. (...)

GIDDENS, Sociologia. Trad. Sandra Regina. 4ªed. Porto Alegre: Artmed, 2005. p.206. 211



Do exposto conclui-se que a etnicidade refere-se

- A) a visões culturais que distinguem os povos a partir de características naturais que revelam diferenças nos seres humanos
- B) a visões sociais decorrentes de tradições culturais construídas com base em elementos naturais que distinguem os povos.
- C) à herança cultural mediante a qual são estabelecidas fronteiras de mútua exclusão entre os povos.
- D) à concepção que distingue culturalmente os grupos sociais, combatendo as clássicas ideias de raça ou traços que sejam inerentes aos seres humanos.
- E) aos caminhos do etnocentrismo, uma vez que trazem o natural fechamento dos povos que estabelecem fronteiras entre si.



AULA 3.

AUGUSTO COMTE O NASCIMENTO DA SOCIOLOGIA COMO CIÊNCIA

A ciência como única forma de conhecimento

Augusto Comte (1798-1857) é filho da revolução francesa e da revolução industrial. Esse contexto marcará todo seu pensamento. A revolução industrial mudou radicalmente o modo de vida na Europa. E os entusiasmos se cristalizaram em torno da ideia de progresso humano e social irrefreável, uma vez que, de agora em diante, possuíam os instrumentos para a solução de todos os problemas. Esses instrumentos eram, na concepção de época, a ciência e suas aplicações na indústria, bem como o livre intercâmbio e a educação. Assim, a era do positivismo é época perpassada por um otimismo geral, que brota da certeza de progresso ilimitado, rumo a condições de bem estar generalizado. Para Augusto

Comte, a ciência moderna, em sociedade industrial, seria a instituição humana capaz de produzir justiça social, uma vez que cada indivíduo poderia chegar a ocupar na vida social um lugar de acordo com suas capacidades. Dessa forma, o processo de industrialização e o desenvolvimento da ciência e da tecnologia constituem os pilares do meio sociocultural que o positivismo interpreta, exalta e favorece.



O nome “positivismo” tem sua origem no adjetivo “positivo”, que significa certo, seguro, definitivo. Como escola filosófica, derivou do “cientificismo”, isto é, da crença no poder dominante e absoluto da razão humana em conhecer a realidade e traduzi-la sob a forma de leis que seriam a base da regulamentação da vida do homem, da natureza e do próprio universo. Com esse conhecimento pretendia-se substituir as explicações teológicas, filosóficas e de senso comum por meio das quais - até então - o homem explicaria a realidade e a sua participação nela.

(COSTA, Cristina. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. São Paulo, 2005, p.72.).

O positivismo reivindica o primado da ciência, afirmando que conhecemos somente aquilo que as ciências nos dão a conhecer, pois o único método de conhecimento é o das ciências naturais, capazes de captar e descrever



a verdade do objeto. Por isso, em decorrência, o positivismo combate toda forma de idealismo, uma vez que a referencia deve ser o fato físico, empírico, positivo e não as especulações metafísicas.

Esse pensamento positivo ou físico caracteriza o estágio adulto da humanidade. Para Auguste Comte, o ser humano passa por três estágios: todo homem é teólogo, na infância; é metafísico, em sua juventude; e é físico em sua maturidade. Com a lei dos três estágios, Comte quer mostrar o caminho da humanidade. Nessa forma evolutiva, o estágio atual, para Comte, é o estágio positivo, no qual os métodos teológicos e metafísicos não são mais empregados. Historicamente, ao estágio teológico corresponde a supremacia do poder militar (feudalismo); ao estágio metafísico corresponde o idealismo juvenil (que começa com a Reforma Protestante e termina com a Revolução Francesa); e, finalmente, ao estágio positivo corresponde a sociedade industrial, a era da ciência e da tecnologia.

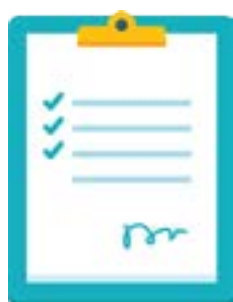
O verdadeiro conhecimento, que consiste na atividade científica, descarta qualquer busca por causas últimas, metafísicas. O foco está no estudo das relações existentes entre os fatos, que são observáveis pelo método científico. Em conformidade com o pressuposto do positivismo, existe uma verdade no objeto, ou seja, existe uma lógica, uma mecânica observável no funcionamento do

objeto. Em decorrência disso, torna-se possível estabelecer uma previsibilidade na dinâmica da realidade. Em outras palavras, o homem adulto, que é o homem da ciência e da tecnologia, superou as visões supersticiosas, as crenças e as idealizações do mundo juvenil e se agarra ao mundo físico.

O lema “ordem e progresso”, expressão de Augusto Comte, é um retrato da Filosofia positivista, que acredita no poder da razão científica e técnica em trazer progresso linear e infinito, bem como a ordem e o bem-estar à sociedade. Trata-se de uma expressão que é filha de um otimismo filosófico-científico, no qual reina o espírito da Revolução Industrial

Em suma, numa tentativa de caracterização geral do positivismo, Augusto Comte, na obra Discurso sobre o espírito positivo, caracteriza o positivismo como a Filosofia compromissada em primeiro lugar com a realidade, mediante pesquisas verificáveis através da experiência, abandonando os mistérios insondáveis das causas primeiras e últimas. Em segundo lugar, o positivismo tem um olhar focado na utilidade; ou seja, o conhecimento deve servir para o amadurecimento e aperfeiçoamento da espécie humana, abandonando as especulações estéreis e vazias da metafísica. Em terceiro lugar, na condição de um saber científico, o positivismo tem compromisso com a verdade e com a certeza, abandonando as eternas dúvi-

das da especulação meramente mental. Em quarto lugar, focalizando no valor do método científico, o positivismo tem um compromisso com a precisão, a organização e a previsibilidade. E finalmente, compromisso com o aperfeiçoamento científico, que deverá caminhar para cada vez maior expressão da verdade da realidade.



Verbete "POSITIVISMO, o recurso a causas ou princípios não acessíveis ao método da ciência não dá origem a conhecimentos; a metafísica, que recorre a tal método, não tem nenhum valor. O método da ciência é puramente descritivo, no sentido de descrever os fatos e mostrar as relações constantes entre os fatos expressos pelas leis, que permitem a previsão dos próprios fatos. (ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. Trad. coord. e rev. da 1ª ed. por Alfredo Bosi; revisão da trad. e tradução de novos textos Ivone Castilho Benedetti. 5ªed. São Paulo: Martins fontes, 2007). Verbetes "POSITIVISMO

Em suas teses fundamentais, a humanidade chegou ao estágio mais evoluído com a revolução industrial. Deixou para trás o estágio teológico, da sociedade feudal e dos princípios essencialistas do Cristianismo. A nova ciência superou, inclusive, o idealismo juvenil, encarnado nos ideais da Revolução Francesa.

Para Comte, somente no terceiro e mais evoluído estágio, o da ciência e da tecnologia, acontecerá a grande transformação do ser humano. Graças às ciências e ao seu espírito investigativo e comprobatório, os problemas da humanidade serão solucionados.

No texto a seguir, Augusto Comte sintetiza sua concepção:



Todos os bons espíritos repetem, desde Bacon, que somente são reais os conhecimentos que repousam sobre fatos observados. Essa máxima fundamental é evidentemente incontestável, se for aplicada, como convém, ao estado viril de nossa inteligência. Mas, reportando-se à formação de nossos conhecimentos, não é menos certo que o espírito humano, em seu estado primitivo, não podia nem devia pensar assim. [...]

A razão humana está agora suficientemente madura para que empreendamos laboriosas investigações científicas, sem ter em vista algum fim estranho, capaz de agir fortemente sobre a imaginação, como aquele que se propunham os astrólogos e os alquimistas. Nossa atividade intelectual estimula-se suficientemente com a pura esperança de descobrir as leis dos fenômenos, com o simples desejo de confirmar ou infirmar uma teoria. [...]

Percebe-se pois, graças a esse conjunto de considerações, que, se a filosofia positiva é o verdadeiro

estado definitivo da inteligência humana, aquele para o qual sempre tendeu progressivamente, não deixou de precisar, no início e durante longa série de séculos, quer como método, quer como doutrina provisória, da filosofia teológica; filosofia cujo caráter é ser espontânea e, por isso mesmo, a única possível na origem, a única também capaz de oferecer a nosso espírito nascente o devido interesse. É hoje muito fácil perceber que, para passar da filosofia provisória para a filosofia definitiva, o espírito humano necessita naturalmente adotar, como filosofia transitória, os métodos e as doutrinas metafísicos. Esta última consideração é indispensável para completar a vista geral da grande lei indicada.

COMTE, Augusto. Curso de filosofia positiva. Trad. Jose A. Giannotti. São Paulo: Nova Cultural, 1991 p 16. (Os pensadores)

QUESTÕES



QUESTÃO 01.

“A existência humana não podia, pois, sistematizar-se plenamente, enquanto o regime teológico prevalecesse, porque nossos sentimentos e nossos atos imprimiam então a nossos pensamentos dois impulsos essencialmente inconciliáveis. Seria, ademais, supérfluo apreciar aqui a inanidade necessária da coordenação metafísica, que, a despeito de suas pretensões absolutas, nunca pôde retirar da teologia o domínio afetivo, sendo sempre menos própria a abarcar a vida ativa.”

COMTE, Augusto. Discurso sobre o conjunto do positivismo. Trad. José Arthur Giannotti. SP: Nova Cultural, 1991. p. 48.

A partir do fragmento, em conformidade com o positivismo de Augusto Comte,



- A) o espírito metafísico foi e continua sendo uma das muitas ilusões desnecessárias do espírito humano em sua busca por conhecimento verdadeiro
- B) o verdadeiro conhecimento parte da interpretação do fato social, ocasionando diferentes formas de leituras do real, resultando na impossibilidade de neutralidade científica.

- C) o verdadeiro homem, que superou as superstições, crenças e idealizações, desconfia também do saber científico, alimentando postura cética.
- D) torna-se impossível qualquer pretensão de emancipação do espírito teológico, que está na base de toda forma de pensamento.
- E) o estágio atual da humanidade é o estágio positivo, do método científico que busca captar a verdade do objeto e descrever suas leis de funcionamento.

QUESTÃO 2. (UFRGS 2012).

Tanto Augusto Comte quanto Karl Marx identificam imperfeições na sociedade industrial capitalista, embora cheguem a conclusões bem diferentes: para o positivismo de Comte, os conflitos entre trabalhadores e empresários são fenômenos secundários, deficiências, cuja correção é relativamente fácil, enquanto, para Karl Marx, os conflitos entre proletários e burgueses são o fato mais importante das sociedades modernas. A respeito das concepções teóricas desses autores, é CORRETO afirmar:



- A) Comte pensava que a organização científica da sociedade industrial levaria a atribuir a cada indivíduo um lugar proporcional à sua capacidade, realizando-se assim a justiça social.

- B) Comte considera que a partir do momento em que os homens pensam cientificamente, a atividade principal das coletividades passa a ser a luta de classes que leva necessariamente à resolução de todos os conflitos.
- C) Marx acredita que a história humana é feita de consensos e implica, por um lado, o antagonismo entre opressores e oprimidos; por outro lado, tende a uma polarização em dois blocos: burgueses e proletários.
- D) Para Karl Marx, o caráter contraditório do capitalismo manifesta-se no fato de que o crescimento dos meios de produção se traduz na elevação do nível de vida da maioria dos trabalhadores embora não elimine as desigualdades sociais.
- E) Tanto Augusto Comte quanto Karl Marx concordam que a sociedade capitalista industrial expressa a predominância de um tipo de solidariedade, que classificam como orgânica, cujas características se refletirão diretamente em suas instituições.

Questão 03. (Unimontes 2012)

Auguste Comte (1798-1857) foi um pensador positivista que propôs uma nova ciência social à Sociologia, que inicialmente foi chamada de Física Social. Sobre os princí-

pios dessa ciência para esse autor, analise as afirmativas e assinale as alternativas, marcando V para verdadeiro ou F para falso.

- () No estágio positivo, a vida social será explicada pela filosofia, triunfando sobre todas as outras formas de pensamento.
- () A imposição da disciplina era, para os positivistas, uma função primordial da escola, pois ali os membros de uma sociedade aprenderiam, desde pequenos, a importância da obediência e da hierarquia.
- () A maturidade do espírito seria encontrada na ciência; por isso, na escola de inspiração positivista, os estudos literários e artísticos prevalecem sobre os científicos.
- () Defendeu a necessidade de substituir a educação europeia, ainda essencialmente teológica, metafísica e literária, por uma educação positiva, conforme o espírito da civilização moderna.

A sequência correta é



- A) F, V, V.F.
- B) F, V, F, V.
- C) V, F, F, F.
- D) V, V, V, F.



AULA 4.

ÉMILE DURKHEIM E O OBJETO DA SOCIOLOGIA

ÉMILE DURKHEIM (1858-1917), nasceu na Alsácia, noroeste da França, próximo à fronteira com a Alemanha. Seu pensamento traduz um foco voltado para a sociedade republicana e laica, anticlerical. Sofreu fortes de Saint-Simon e de Auguste Comte, no sentido de buscar um estatuto científico para a Sociologia. Émile Durkheim, um dos primeiros grandes teóricos da sociologia, preocupou-se em definir a sociologia como ciência, estabelecendo seus contornos, princípios e limites. Em sua obra *As regras do método sociológico* (1895), estabelece que o objeto da sociologia são os *fatos sociais*.



FATO SOCIAL é toda a maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais

DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p.13

A partir desse fragmento, vemos que o conceito de fato social se refere à realidade social que é independente e anterior ao sujeito que a vivencia. Assim, em primeiro lugar, os fatos sociais são marcados pela **exterioridade e pela objetividade**; ou seja, existem e atuam sobre os indivíduos independentemente de sua vontade ou de sua livre e consciente adesão. Ora, cada indivíduo nasce e é recebido e educado numa tradição já existente. Em decorrência disso, uma segunda dimensão se impõe: o fato social traz sua identidade vinculada à **coerção social**. Em outros termos, as normas, as regras, os costumes sociais exercem força e pressão prévias sobre o indivíduo. Com base nessa objetividade e coerção, a terceira característica do fato social é a **generalidade**, ou seja, sua natureza coletiva. O fato social repete-se na coletividade dos indivíduos.

Vinculada à noção de generalidade que caracteriza o fato social, no qual se percebem formas padronizadas de pensamento e comportamento, Durkheim aborda a noção de **consciência coletiva**. Entendida como **conjunto de crenças e sentimentos comuns à média dos membros de uma comunidade**, a consciência coletiva forma a moral vigente na sociedade, em conformidade com a qual atitudes serão interpretadas como morais ou imorais, louváveis ou reprováveis. Em suma, sociologicamente, estamos falando da prioridade do todo sobre as partes, pois a soma dos elementos particulares não explica o todo. Assim, o conjunto social não se reduz à soma dos elementos. Ao contrário, os indivíduos sentem a pressão do meio e suas ações são socialmente condicionadas.

Vejamos o tema do suicídio, que é analisado por Durkheim como um fato social, culturalmente motivado.

O Suicídio como fato social.

Quando o indivíduo decide pelo suicídio, sua decisão é absolutamente livre? O contexto social influencia nessa decisão? Existem situações sociais, econômicas, culturais ou religiosas que estão na base dessa decisão individual? A **SOCIEDADE** é vista como um complexo integrado de fatos sociais que exerce pressão sobre o indivíduo.



O SUICIDIO Está vinculado a um emaranhado de pressões sociais e não essencialmente a fatores biológicos ou psicológicos. É uma reação diante de uma situação externa que antecede e pressiona o indivíduo. O suicídio como mero ato individual vem refutado.

Durkheim afirma:



Suicídio é todo ato de morte provocado direta ou indiretamente por um ato positivo ou negativo realizado pela própria vítima e que ela sabia que devia provocar esse resultado.

DURKHEIM, E. *O suicídio: Estudo de sociologia*. Trad. Monica Stahel. SP: Martins fontes, 2000. p. 14.

Por ato positivo entendemos o ato ativo de tirar a própria vida, por exemplo, um tiro na cabeça. Por ato negativo entendemos a passividade de quem se entrega à morte; por exemplo, a greve de fome até a morte ou, por exemplo, um indivíduo que, percebendo a sua casa está sendo inundada pelas águas, não a abandona e morre afogado; são formas de suicídio.

Durkheim estava seguro de que o suicídio dependia de uma realidade social e não da vontade dos indivíduos, uma vez que era perfeitamente observável e verificável a sua **regularidade**, que acontecia sempre em conformidade com as mesmas ou similares condições históricas.

É fato verificável: as taxas de suicídio nos países se mantêm constantes de um ano para outro..



De todos esses fatos resulta que a taxa social de suicídio só se explica sociologicamente. É a constituição moral da sociedade que estabelece, a cada instante, o contingente de mortes voluntárias. Existe, portanto, para cada povo, uma força coletiva, de energia determinada, que leva os homens a se matar. Os movimentos que o paciente realiza e que, à primeira vista, parecem exprimir apenas seu temperamento pessoal são na verdade a consequência e o prolongamento de um estado social que eles manifestam exteriormente

DURKHEIM, E. O *suicídio*: Estudo de sociologia. Trad. Monica Stahel. São Paulo: Martins fontes, 2000. p.385

FATO SOCIAL NORMAL X FATO SOCIAL PATOLÓGICO

Conforme Durkheim, o que torna o **suicídio um fato social** é a sua presença universal, a sua mensurabilidade e a sua exterioridade, que transcendem em muito as razões individuais que possam existir na motivação de cada suicida particular. A taxa de suicídio não varia arbitrariamente, ela obedece a múltiplas circunstâncias. Encontrar as correlações entre essas circunstâncias, que são fenômenos sociais, é a tarefa fundamental do sociólogo.



Aparentemente, nada pode parecer mais individual do que o fato de um indivíduo resolver acabar com sua própria vida. Contudo, como explicar que, em menos de cinquenta anos, o número de suicídios tenha quadruplicado? O número crescente de suicídios torna-se, provavelmente, expressão de certos traços patológicos presentes na organização atual da vida coletiva.

O excesso de velocidade, a superficialidade nas relações, a falta de referências e a ausência de valores que perdurem são características de um contexto contemporâneo que está na raiz de elevadas taxas de suicídio.

TIPOLOGIA DE SUICÍDIOS. Considerando que as circunstâncias sociais determinam as taxas de suicídio, Durkheim acredita que seja possível estabelecer uma tipologia de suicídio. Nessa pesquisa, ele define três tipos de suicídio: suicídio *egoísta*, *altruísta* e *anômico*.

SUICÍDIO EGOÍSTA. Em relação ao suicídio egoísta, há maior tendência ao suicídio quando o pensamento do indivíduo está basicamente voltado sobre si mesmo, sem a presença e a força integradora do grupo social. É o afastamento do grupo. Essa forma de suicídio se manifesta por um estado de apatia e pela ausência de vínculo com a vida.

SUICÍDIO ALTRUÍSTA. Em relação ao tipo altruísta de suicídio, que pode ser classificado como heróico ou religioso, um traço comum nesses casos é o excessivo vínculo ao grupo, predominando nele a paixão, a entrega vital.



Se uma individuação excessiva leva ao suicídio, uma individuação insuficiente produz os mesmos efeitos. Quando é desligado da sociedade, o homem se mata facilmente, e também se mata quando é integrado nela demasiado fortemente.

DURKHEIM, E. *O suicídio: Estudo de sociologia*. Trad. Monica Stahel. São Paulo: Martins fontes, 2000. p. 269.

Tanto num tipo de suicídio quanto noutro, há uma profunda crise de identidade. Em se despojando de seu ser, parece que ele está buscando sua essência, sua razão de ser. Não é a morte que ele busca. O exemplo clássico dessa modalidade de suicídio é o que foi praticado, durante a segunda guerra mundial, pelo Kamikases, pilotos japoneses que, voluntariamente, se lançaram contra os navios inimigos. E você certamente se lembra do atentado terrorista, ocorrido em 11 de setembro de 2001, em Nova York, no ataque ocorrido contra as famosas Torres Gêmeas, o World Trade Center, por dois aviões comerciais.

SUICÍDIO ANÔMICO

Um terceiro tipo de suicídio, que é justamente o que mais interessava a Durkheim, é o denominado anômico. A palavra anômico tem sua origem no vocábulo grego *nomos*, que significa norma. Dessa forma, a palavra anomia refere-se à falta de normas ou de referências. Assim, suicídio anômico tem relação com a debilidade dos laços que vinculam indivíduo ao grupo na sociedade moderna, na qual há uma correlação entre a frequência do suicídio com a instabilidade da vida social, econômica e cultural. Paradoxalmente, em tempos de crise ou de prosperidade econômica os índices de suicídio são mais elevados.



Se, portanto, as crises industriais ou financeiras aumentam os suicídios, não é por empobrecerem, uma vez que crises de prosperidade têm o mesmo resultado; é por serem crises, ou seja, perturbações da ordem coletiva. Toda ruptura de equilíbrio, mesmo que resulte em maior abastança e aumento da vitalidade geral, impele à morte voluntária. Todas as vezes que se produzem graves rearranjos no corpo social, sejam eles devidos a um súbito movimento de crescimento ou a um cataclismo inesperado, o homem se mata mais facilmente. Como isso é possível? [...]

Qualquer ser vivo só pode ser feliz ou até só pode viver se suas necessidades têm uma relação suficiente com seus meios.[...]. Seja qual for o prazer que o homem tenha em agir, em se mover, em fazer esforços, é preciso que ele sinta que seus esforços não são vãos e que andando ele avança. Ora, não avançamos quando não andamos na direção de nenhum objetivo.

DURKHEIM, E. O suicídio: Estudo de sociologia. Trad. Monica Stahel. São Paulo: Martins fontes, 2000. p. 311-314

Formas de Solidariedade Social, a partir de E. Durkheim

Para Émile Durkheim, em toda sociedade, existe uma consciência coletiva, que permanece, que é transmitida de geração em geração. Nas palavras de Durkheim:



A sociedade não é uma simples justaposição de indivíduos que trazem, ao entrar, uma moralidade intrínseca; mas o homem só é um ser moral porque vive em sociedade, pois a moralidade consiste em ser solidário de um grupo e varia de acordo com essa solidariedade. Façam desaparecer toda a vida social, e vida moral desaparecerá ao mesmo tempo, não tendo mais objeto a que se prender.

DURKHEIM, Émile. Da Divisão do Trabalho social. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 421.

Como pode uma reunião de indivíduos constituir uma sociedade? Como nasce o consenso? Émile Durkheim constrói uma reflexão sobre as possibilidades e os fundamentos de uma vida em sociedade. Nessa reflexão, ele afirma que a força motriz que gera e transforma a vida social é a solidariedade, produzida pela divisão social do trabalho.

Solidariedade mecânica. Durkheim se refere a duas formas de solidariedade. Inicialmente, considerando as sociedades mais simples e mais homogêneas, na qual o processo de identificação dos indivíduos operava-se especialmente por meio da tradição familiar e religiosa, a forma de solidariedade reinante era a “mecânica”, uma forma de solidariedade por semelhança, na qual a consciência coletiva estava marcadamente presente. Nessas sociedades, por exemplo, um filho costuma aprender de seu pai a profissão e o substitui. É uma forma de solidariedade mecânica, sem a dimensão da escolha explícita, consciente ou reflexiva. Nessas sociedades, predominam na consciência do indivíduo os sentimentos e as crenças comuns a todos, que orientam a vida social. É possível perceber a força dessa consciência coletiva por ocasião de algum crime. Quanto mais intensa for a consciência coletiva maior será a indignação e a revolta contra o crime, que é uma violação do imperativo social que comanda as vidas particulares.

Solidariedade Orgânica. Nas sociedades de matriz capitalista, fundamentadas na divisão social do trabalho, a

forma de solidariedade passa a ser “orgânica”, na qual existe uma interdependência, devido ao processo de acentuada especialização das diversas atividades e devido à crescente diferenciação existente entre os indivíduos. Apesar de haver maior interdependência entre as diversas atividades, o individualismo moderno enfraquece a consciência coletiva. Isso é facilmente perceptível na pouca mobilização social contra o crime. No reino da solidariedade orgânica, as reações coletivas contra a violação daquilo que é considerado como proibido decrescem acentuadamente.

O sociólogo Raymond Aron, em sua obra *As etapas do pensamento sociológico*, faz uma síntese da ideia que norteia o pensamento de Durkheim, concernente a essas formas de solidariedade relacionadas a uma tipologia de sociedade.



A diferenciação social, fenômeno característico das sociedades modernas, é a condição criadora da liberdade individual. Só numa sociedade em que a consciência coletiva perdeu uma parte da sua rigidez o indivíduo pode ter uma certa autonomia de julgamento e de ação. [...]. Nessa sociedade individualista, o problema mais importante é manter um mínimo de consciência coletiva, à falta da qual a solidariedade orgânica provocaria a desintegração social.

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. Trad. Sérgio Bath. 7ªed. São Paulo: Martins fontes, 2008. p. 473

QUESTÕES



Questão 01.

“O fato social consiste em maneiras de agir, pensar e sentir, exteriores ao indivíduo e dotados de um poder coercitivo do qual se lhe impõem. (...) É um fato social toda a maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coação exterior; ou ainda, que é geral no conjunto de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das suas manifestações individuais”

(DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. São Paulo, Editora Martins Fontes. 2007, p. 2.)

A partir dessa reflexão de Émile Durkheim, infere-se que o fato social



- A) é o objeto de estudo dos sociólogos, que sobre ele lançam seu olhar, sempre marcado pela subjetividade e por seus pressupostos ideológicos.
- B) é uma construção normal do senso comum, um resultado das livres e imprevisíveis interações humanas.
- C) é uma realidade social anterior ao indivíduo, contudo, sem poder coercitivo sobre sua prática cotidiana.

- D) poderá não ser considerado pela subjetividade do olhar humano, que portanto deixa de existir para indivíduos determinados.
- E) refere-se à realidade social que é independente, anterior e maior do que sujeito que a vivencia e sobre ele exerce forte pressão.

Questão 02.

Reconhecemos apenas duas espécies de solidariedades positivas, [...]. No primeiro, o que chamamos por esse nome é um conjunto mais ou menos organizado de crenças e sentimentos comuns a todos os membros do grupo: é o tipo coletivo. Ao contrário, a sociedade de que somos solidários no segundo caso é um sistema de funções diferentes e especiais unidas por relações definidas. Aliás, essas duas sociedades são uma coisa só. São duas faces de uma única e mesma realidade, mas que, ainda assim, pedem para ser distinguidas. [...]. Há em cada uma de nossas consciências, como dissemos, duas consciências: uma, que é comum a nós e ao nosso grupo inteiro, e que, por conseguinte, não é nós mesmos, mas a sociedade que vive e age em nós; a outra, que, ao contrário, só nos representa no que temos de pessoal e distinto, no

que faz de nós um indivíduo. [...] Nossa individualidade só pode nascer se a comunidade ocupar menos lugar em nós. Temos aí duas forças contrárias: uma centrípeta, a outra centrífuga, que não podem crescer ao mesmo tempo.

DURKHEIM. É. *Da divisão do trabalho social*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 106- 107

A partir desse fragmento de E. Durkheim, sobre as formas de solidariedade existentes na vida social, infere-se que



- A) baixa intensidade da consciência coletiva no mundo industrial é expressão das históricas conquistas dos direitos individuais.
- B) a interdependência que passa a existir nas modernas sociedades industriais, torna a solidariedade entre os indivíduos algo mecânico
- C) o individualismo moderno solicita uma nova forma de educação, na qual os seres humanos sejam educados para a competitividade social.
- D) nas sociedades primitivas predominam na consciência do indivíduo os sentimentos comuns a todos, constituindo a solidariedade mecânica.

- E) nas sociedade pré-capitalistas inicia-se uma especialização nas tarefas, que dá início à solidariedade orgânica.

Questão 03.

“Há razão para crer que esse agravamento (da taxa de suicídio) deve-se não à natureza intrínseca do progresso, mas às condições particulares em que ele se realiza em nossos dias, e nada nos assegura que essas condições sejam normais. [...]. É preciso, portanto, que nossa organização social se tenha modificado profundamente no curso desse século para ter determinado tal elevação da taxa de suicídio. Ora, é impossível que uma tal alteração ao mesmo tempo tão grave e tão rápida não seja mórbida, pois uma sociedade não pode mudar de estrutura com tanta rapidez. (...)”

DURKHEIM, Émile. *De la division du travail social*. p. 422

A partir da leitura desses fragmentos e em outros estudos sobre a reflexão de E. Durkheim, a que caracteriza a elevada taxa de suicídios na moderna sociedade industrial é o fato de que



- A) há um divórcio entre a estrutura e a dinâmica da vida social, por um lado, e as escolhas e as decisões individuais, por outro lado
- B) o suicídio é uma decisão pessoal que revela a fragilidade da estrutura humana que encontra enormes dificuldades na adaptação a um novo modelo de sociedade.
- C) o processo de industrialização traz naturalmente um sentimento de mal-estar, que condiciona o espírito humano para a busca de saídas para essa situação.
- D) as rápidas mudanças estruturais da sociedade acarretam radicais mudanças nos comportamentos das novas gerações.
- E) o modo como o processo de industrialização se efetivou e se realiza expressa uma anormalidade e uma patologia que não é necessária e traz graves problemas sociais.



AULA 5.

MODERNIDADE E RACIONALIDADE - AÇÃO SOCIAL E TIPO IDEAL

OBJETO DA SOCIOLOGIA: AÇÃO SOCIAL

Max Weber (1864-1920) foi sociólogo, jurista e economista alemão. É considerado um dos fundadores da sociologia, ao lado de Augusto Comte, Karl Marx e Émile Durkheim.

Diferentemente da abordagem de Durkheim, que se concentra no fato social, que é geral, externo e coletivo, com força coercitiva, a reflexão de Weber se concentra na *ação social* do indivíduo, na forma como dá sentido às suas ações, no modo como assimila, interpreta e reage diante dos condicionamentos da

Weber parte do pressuposto de que o ser humano é movido pelo sentido que atribui às coisas e às relações; ou seja, toda ação humana recebe um sentido que orienta o ser humano em suas práticas cotidianas.



Ação social é toda ação motivada do indivíduo, influenciada socialmente. Trata-se de uma ação que acontece inserida em um contexto sociocultural, que recebe um sentido ou uma motivação do sujeito

AS MOTIVAÇÕES DO AGIR HUMANO

Na sociologia compreensiva de Weber, existem quatro tipos de motivações dos comportamentos humanos: ação social realizada por tradição, por afeto, por valor, por finalidade. Inicialmente, inseridos na cultura, os seres humanos costumam agir pela força da tradição, do hábito ou do costume social. Nessa dimensão, estamos diante de uma conduta muitas vezes irrefletida, pouco ou nada racional. Em segundo lugar, a atividade humana é também passível de ser movida pelo afeto, pela dimensão emotiva, impulsiva. Nesse horizonte, inserem-se as ações movidas pelas paixões do ódio ou da vingança. Outra forma de ação humana é aquela atividade racional movida pelo valor. Nesse terreno, encontramos na ética da convicção, pois o sujeito é movido por uma causa, seja ela religiosa, política, artística ou científica. Nessa esfera, há muita paixão envolvida, o que acarreta também na presença de irracionalidades. Aqui, o olhar traz uma coerência interna, portador de convicções, não necessa-

riamente conectado a uma consciência das decorrências de suas ações. Finalmente, a forma racional de atividade, guiada pela finalidade, que se insere no horizonte da ética da responsabilidade, na qual o olhar considera as consequências possíveis da ação. Aqui se estabelece a relação entre fins e meios. Buscam-se os melhores meios para chegar à meta.

TIPO IDEAL



O *tipo ideal* é uma espécie de parâmetro, de instrumento construído mentalmente pelo cientista que o orientará na investigação social, em busca da compreensão aproximada de uma determinada realidade social. Com efeito, em ciências sociais, todo conhecimento é hipotético, pois lida com pontos de vista. O *tipo ideal* é um instrumento que estabelece uma generalização, uma ideia generalizada, idealizada, para compreender uma determinada ação social. Assim, trata-se de um conceito-limite, conceito abstrato, presente na mente do pesquisador. À luz dessa generalização, torna-se possível, inclusive, trabalhar com a ideia de desvio.

Vejamos as palavras de Max weber:



Obtém-se um tipo ideal mediante a *acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista*, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos *isoladamente* dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo de *pensamento*. Torna-se impossível encontrar empiricamente na realidade esse quadro, na sua pureza conceitual, pois trata-se de uma utopia.

WEBER, Max. **A "Objetividade" do conhecimento nas ciências sociais**. In: COHN, Gabriel (Org.). FERNANDES, Florestan (Coord.) *Weber: Sociologia*. 7ª ed. São Paulo: Ática. 1999. p.106

QUESTÕES



Questão 01 (UEL, 2011)

O conceito de ação social desempenha papel fundamental no conjunto teórico construído por Max Weber. Sobre este conceito utilizado por Max Weber, considere as afirmativas a seguir.

- I. A ação social foca o agente individual, pois este é o único capaz de agir e de atribuir sentido à sua ação.

- II. Interpretar a reciprocidade entre as ações sociais possibilita ao cientista social a compreensão sobre as regularidades nas relações sociais.
- III. A imitação e as ações condicionadas pelas massas são exemplos típicos de ação social, pois são motivadas pela consciência racional da importância de viver em sociedade.
- IV. O que permite compreender o agir humano enquanto ação social é o fato de ele possuir um sentido único e objetivo para todos os agentes envolvidos.

Assinale a alternativa correta.

- () Somente as afirmativas I e II são corretas.
- () Somente as afirmativas II e IV são corretas.
- () Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- () Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- () Somente as afirmativas I, III e IV são corretas.

Questão 02.

Obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo de pensamento. Torna-se impossível encontrar empiricamente na realidade esse quadro, na sua pureza conceitual, pois trata-se de uma utopia.

WEBER, Max. A “Objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel (Org.). FERNANDES, Florestan (Coord.) *Weber: Sociologia*. 7ª ed. São Paulo: Ática. 1999. p.10

Com base nesses fragmentos, a alternativa que melhor expressa o pensamento de Max Weber afirma que o conceito de “tipo ideal”



- A) define a essência de um fenômeno ou de um ideal de vida, que possibilita a mobilização dos esforços na direção desejada.
- B) é uma idealização durável que permite identificar os traços essenciais de uma cultura, diferenciando-a de outras tradições.



- C) não exprime necessariamente a verdade objetiva ou autêntica da realidade estudada, sendo instrumento ou parâmetro de medida muito útil em busca de sua compreensão.
- D) refere-se aos ideais éticos e morais que devem estar presentes na construção de uma tradição e que promovem a qualidade da vida social.
- E) refere-se a uma visão de mundo que é particular e relativa, marcada pela presença de valores que conferem sentido à vida.



AULA 6.

MAX WEBER RELIGIÃO E CAPITALISMO

Em um de seus trabalhos mais expressivos, *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, Max Weber buscou as razões do desenvolvimento do espírito capitalista na civilização ocidental. Diferentemente de Karl Marx, que relaciona o nascimento do capitalismo à esfera econômica, Max Weber busca as raízes culturais da emergência e formação do capitalismo. A originalidade dessa obra nos faz pensar na doutrina protestante, sua ética, seus efeitos sobre o comportamento dos indivíduos e a sua decisiva contribuição para o desenvolvimento do capitalismo.

Nessa busca, Weber descobriu que os valores nos quais se processava a educação protestante foram determinantes no desenvolvimento do capitalismo. Entre esses valores, os aspectos mais destacados são a disciplina re-

ligiosa, que valorizava o amor e a dedicação ao trabalho, como fonte de salvação da própria alma e glorificação ao Deus criador de todas as coisas. Essa entrega ao trabalho implicava a abnegação e a austeridade de vida, que conduzia à poupança de um significativo percentual de tudo o que era conquistado, com o conseqüente acúmulo e ganho de capital; o que, por sua vez, conduz ao investimento e ao aumento da produção.



Encontramos aqui a racionalidade protestante, especialmente do espírito puritano e calvinista, para o qual o ócio, a preguiça e o luxo ou a ostentação eram atitudes abomináveis, pecaminosas. Dessa forma, a austeridade gera o sucesso no trabalho, que é um indicativo de que Deus abençoa o seus escolhidos.

Nessa visão protestante, especificamente calvinista, o desejo de salvação eterna encontra no sucesso ou no êxito econômico um sinal de Deus, à luz do qual o crente se encontra entre os eleitos de Deus. E para chegar a esse lugar e a essa situação especial, o trabalho disciplinado, regado e austero torna-se o melhor meio.

O fragmento a seguir traduz muito bem a forma com Weber captou a ética protestante.



O judaísmo contribuiu de maneira indireta para o nascimento do capitalismo, legando ao cristianismo sua hostilidade à magia, que por toda parte estereotipou a técnica e a economia. Esta hostilidade à magia e também o fato de, contrariamente às religiões do Oriente, o cristianismo ter sido uma religião plebeia tiveram por consequência o processo de desencanto do mundo que sempre assumiu maior amplitude com o movimento de secularização registrada no fim da Idade Média. [...]

O que é condenável não é a aquisição da riqueza, mas sim o repouso na posse e no gozo dos bens com suas consequências, como a ociosidade, as tentações da carne, etc. Não se deve, pois, desperdiçar o tempo, já que o trabalho concorre para a glorificação de Deus, e por outro lado só tirar do adquirido aquilo que é absolutamente necessário para a subsistência pessoal, para uma vida sóbria e de respeito à lei divina. Assim, a produtividade maior no trabalho e a recusa do luxo deram origem a um estilo de vida que influenciou diretamente o espírito do capitalismo, criando um clima propício a seu desenvolvimento.

FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. Trad. Luís Claudio de Castro. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987. P. 128 e 151

Assim, percebe-se que o “motivo fundamental” da economia moderna é uma vida pensada e planejada para o sucesso econômico, por meio de uma profissão concebida

como vocação. Esse termo *vocação*, por si só, já traz nítida conotação religiosa, na qual Deus chama ao trabalho, ao exercício profissional como uma missão. Essa ideia é visivelmente presente em Lutero, para o qual a moral cristã não deve consistir em uma “fuga mundi”, em uma espécie de vida monástica, mas, ao contrário, na inserção nos “deveres intramundanos”.



Segundo Max Weber [...] é a união do desejo de lucro e da disciplina racional que constitui historicamente o traço singular do capitalismo ocidental. Em todas as sociedades conhecidas houve sempre indivíduos ávidos por dinheiro, mas o que é raro, e provavelmente único, é o fato de este desejo tender a satisfazer-se não pela conquista, especulação ou aventura, mas pela disciplina e pela ciência. Um empreendimento capitalista visa ao lucro máximo por meio de uma organização burocrática. A expressão “lucro máximo”, aliás, não é inteiramente justa. O que constitui o capitalismo não é tanto o lucro máximo, quanto a acumulação indefinida.

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. 7ª ed. Trad. Sergio Bath. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 773-774

DESENCANTAMENTO E SECULARIZAÇÃO



Os dois diferentes termos têm, também em Max Weber, significados diferentes [...]. Para Weber, o desencantamento do mundo ocorre justamente em sociedades profundamente religiosas, é um processo essencialmente religioso, porquanto são as religiões éticas que operam a eliminação da magia como meio de salvação [...]. Por isto, por mais de uma vez Weber lhe agrega o adjetivo religioso: o “desencantamento religioso do mundo” [...]. Secularização, por outro lado, implica abandono, redução, subtração do status religioso; e emancipação em relação a religião.

PIERUCCI, Antônio Flávio. *Secularização em Max Weber: Da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido*. *Revista brasileira de Ciências Sociais*. Vol.13, n.37, pp. 43-73, 1998.

Não se deve, portanto, pensar que desencantamento implique em afastamento da dimensão religiosa, uma vez que é a própria religião cristã que opera esse desencantamento, esse afastamento da dimensão mágica e sua conversão para a dimensão intramundana, histórica, apresentando uma racionalização na contramão da magia. Nessa visão, o mundo físico é dotado de um sentido, capaz de ser compreendido pela razão e pela experiência. Isso é compreensível em uma sociedade na qual o florescimento e a consolidação da ciência experimental se realizavam de forma rápida e consistente.



Em Weber, o processo de racionalização é mais amplo e mais abrangente que o desencantamento do mundo e, neste sentido, o abarca; o desencantamento do mundo, por sua vez, tem a duração histórica mais longa, mais extensa que a secularização e, neste sentido, a compreende. O importante a reter é que Weber realmente distingue os diferentes processos. Enquanto o desencantamento do mundo fala da ancestral luta da religião contra a magia, sendo uma de suas manifestações mais recorrentes e eficazes a perseguição aos feiticeiros e bruxas [...] a secularização, por sua vez, nos remete à luta da modernidade cultural contra a religião, tendo como manifestação empírica no mundo moderno o declínio da religião como potência.

PIERUCCI, Antônio Flávio. *Secularização em Max Weber: Da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. Revista brasileira de Ciências Sociais*. Vol.13, n.37, pp. 43-73, 1998.

Sendo decisivo para o desencantamento religioso, o cristianismo, por exemplo, ele próprio, tem sido também decisivo para a constituição da secularização, uma vez que reforça uma concepção de direitos individuais e da necessidade da ativa intervenção do fiel no mundo histórico. Isso é evidenciado em obra de Weber: “*Ética protestante*” e “*espírito do capitalismo*”, na qual realça, especialmente, os valores cristãos do amor ao trabalho e da austeridade de vida.



Portanto, em Max Weber, vemos a religião em sua possibilidade de ser agente de mudança na esfera social, como é o caso da importância da ética cristã protestante na superação da ordem econômica feudal, sendo decisiva para a implantação da economia capitalista.

QUESTÕES



Questão 01.

Houve embriões de capitalismo na sociedade babilônica, romana, chinesa e hindu, mas em parte alguma esses elementos deram margem à racionalização que caracteriza o desenvolvimento do capitalismo moderno. Este fenômeno é peculiar à sociedade ocidental. [...]. O *etos* protestante foi uma das fontes da racionalização da vida que contribuiu para formar o que ele [Max Weber] chama o “espírito capitalista”. [...]. O judaísmo contribuiu de maneira indireta para o nascimento do capitalismo, legando ao cristianismo sua hostilidade à magia, que por toda parte estereotipou a técnica e a economia. Esta hostilidade à magia e também o fato de, contrariamente às religiões do Oriente,

o cristianismo ter sido uma religião plebeia tiveram por consequência o processo de desencanto do mundo que sempre assumiu maior amplitude com o movimento de secularização registrada no fim da Idade Média.

FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. Trad. Luís Claudio de Castro. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987. p.128

Com base nesses fragmentos, torna-se possível perceber a relação entre a ética protestante e o espírito do capitalismo. Nessa articulação, destaca-se especialmente o fato de que



- A) o cristianismo é essencialmente contrário ao capitalismo, uma vez que exalta os valores da humildade, do perdão e do amor ao próximo.
- B) o desencantamento do mundo, coroado nas sociedades modernas, vai na contramão do espírito capitalista.
- C) o espírito do capitalismo é marcado pela irracionalidade com que seus adeptos se lançam em busca da realização do desejo de um infinito acúmulo de bens.
- D) o cristianismo, como toda religião, favorece as atitudes da contemplação e da resignação diante da vida, governada pela graça de Deus.

- E) os valores da educação protestante, especialmente os da disciplina, da austeridade e amor ao trabalho foram determinantes para o desenvolvimento do capitalismo.

Questão 02. (Unioeste 2012)

Para Max Weber a economia capitalista não é marcada pela irracionalidade e pela “anarquia da produção”. Ao contrário de Karl Marx, que frisava a irracionalidade do capitalismo, para Weber as instituições do capitalismo moderno podem ser consideradas como a própria materialização da racionalidade. Segundo Weber, uma das características do capitalismo moderno é a estrutura burocrática com instituições administradas racionalmente com funções combinadas e especializadas. Para o sociólogo alemão, o controle burocrático é marcado pela eficiência, precisão e racionalidade.

Considerando a importância do tema da burocracia na obra de Weber, é correto afirmar que



- A) Marx Weber identifica a burocracia com a irracionalidade, com o processo de despersonalização e com a rotina opressiva. A irracionalidade, nesse contexto, é vista como favorável à liberdade pessoal.
- B) segundo Weber, a ocupação de um cargo na estrutura burocrática é considerada uma atividade

com finalidade objetiva pessoal. Trata-se de uma ocupação que não exige senso de dever e nenhum treinamento profissional.

- C) na burocracia moderna os funcionários são altamente qualificados, treinados em suas áreas específicas, enfim, pessoas que tem ou devem ter qualificações consideradas necessárias para serem designadas para tais funções.
- D) para Weber, o elemento central da estrutura burocrática é a ausência da hierarquia funcional e a obediência à ordem pessoal e subjetiva.
- E) a burocratização do capitalismo moderno impede segundo Weber, a possibilidade de se colocar em prática o princípio da especialização das funções administrativas.



AULA 7.

MAX WEBER. ÉTICA DA CONVICÇÃO E ÉTICA DA RESPONSABILIDADE POLÍTICA

Ética da Responsabilidade e ética da convicção

Para Max Weber, em toda ação social deve-se ficar atento a dois aspectos fundamentais: por um lado, as influências do meio sociocultural e, por outro lado, as motivações individuais. Considerando as motivações individuais das ações sociais, Weber reconhece em duas espécies de motivações duas formas fundamentais de ética, denominadas ética da responsabilidade e da convicção.



Toda atividade orientada segundo a ética pode ser subordinada a duas máximas inteiramente diversas e irredutivelmente opostas.

Pode orientar-se segundo a ética da responsabilidade ou segundo a ética da convicção. Isso não quer dizer que a ética da convicção equivalha à ausência de responsabilidade e a ética da responsabilidade, à ausência de convicção. Não se trata disso, evidentemente. Não obstante, há oposição profunda entre a atitude de quem se conforma às máximas da ética da convicção --- diríamos em linguagem religiosa, “O cristão cumpre seu dever e, quanto aos resultados da ação, confia em Deus” --- e a atitude de quem se orienta pela ética da responsabilidade, que diz: “Devemos responder pelas previsíveis consequências de nossos atos”. (...). Quando as consequências de um ato praticado por pura convicção se revelam desagradáveis, o partidário de tal ética não atribuirá responsabilidade ao agente, mas ao mundo, à tolice dos homens ou à vontade de Deus, que assim criou os homens. O partidário da ética da responsabilidade, ao contrário, contará com as fraquezas comuns do homem (...) e entenderá que não pode lançar a ombros alheios as consequências previsíveis de sua própria ação.

WEBER, Max. *Ciência e Política. Duas vocações*. Trad. Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1968. p.113

Nessa abordagem, de um lado, está a referência a Maquiavel e, de outro, a Kant. Por um lado, a ação praticada sob a ótica ou ética da responsabilidade considera os efeitos ou consequências possíveis da ação. É o reino da política. Nessa dinâmica, o olhar se volta para a eficácia

da ação, para os efeitos desejados. Por isso, a ética da responsabilidade está preocupada com a escolha dos melhores meios para atingir o objetivo desejado. Portanto, a ética da responsabilidade não é fim em si mesma, mas está voltada para fora de si, para os efeitos desejados.

Entre a ética da responsabilidade e a ética da convicção não encontramos uma necessária contradição; ao contrário, encontramos complementaridade. Evidentemente, há muita diferença entre a ótica de um chefe de Estado e a ótica de um cidadão comum. O primeiro, seguramente, estará mais vinculado à dimensão pública; por isso, mais focado na responsabilidade, na preocupação pelos efeitos da ação e mais concentrado na escolha dos meios mais eficazes. Em contrapartida, o cidadão comum, provavelmente, tenderá a agir mais em conformidade com a ética da convicção

Por um lado, encontramos a dimensão pura e abstrata de uma ética separada do contexto; por outro lado, a ética encarnada na realidade histórica e política dos homens. Assim, se um indivíduo adere cegamente à ética da pura convicção, ele poderá, inclusive, alimentar atitudes fundamentalistas, fanáticas e intolerantes. É no campo político, da ética da responsabilidade, que esses antagonismos se manifestam e devem ser abordados de modo consequente.

Fundamentos da legitimidade

Entre os fundamentos que conferem legitimidade, Max Weber indica a crença na tradição, o carisma pessoal e a legalidade. Ou seja, existe uma tradição de longo tempo, que criou a moral da comunidade. Essa moral permite falar em identidade de um povo ou comunidade. E de acordo com esse povo, o seu representante, para chegar à eleição e ao exercício legítimo de seu poder, deve apresentar um carisma político que receba da comunidade sua efetiva e afetiva adesão.

Vamos acompanhar a essa reflexão:



Existem, em princípio, três razões internas que justificam a dominação, existindo, consequentemente, três fundamentos da *legitimidade*. Antes de tudo, a autoridade do “passado eterno”, isto é, dos costumes santificados pela validade imemorial e pelo hábito, enraizado nos homens, de respeitá-los. Tal é o “poder tradicional”, que o patriarca ou senhor das terras, outrora, exercia.

Existe, em segundo lugar, a autoridade que se funda em dons pessoais e extraordinários de um indivíduo (carisma) --- devoção e confiança estritamente pessoais depositadas em alguém que se singulariza por qualidades prodigiosas, por heroísmo ou por outras qualidades exemplares que dele fazem o chefe. [...].

Existe, por fim, a autoridade que se impõe em razão da “legalidade”, em razão da crença na validade de um estatuto legal e de uma “competência” positiva, fundada em regras racionalmente estabelecidas ou, em outros termos, autoridade fundada na obediência, que reconhece obrigações conformes ao estatuto estabelecido. Tal é o poder, como o exerce o “servidor do Estado” em nossos dias e como o exercem todos os detentores do poder que dele se aproximam sob esse aspecto.

WEBER, Max. “A política como vocação”. In: *Ciência e Política. Duas vocações*. Trad. Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mora. São Paulo: Cultrix, 2000, p.57-58

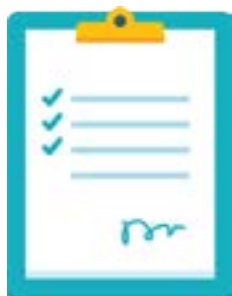
O Estado, a burocracia e o uso legítimo da força



Sociologicamente, o Estado não se deixa definir a não ser pelo específico meio que lhe é peculiar, tal como é peculiar, a todo outro agrupamento político, ou seja, o uso da coação física. [...]. Em todos os tempos, os agrupamentos políticos mais diversos --- a começar pela família --- recorreram à violência física, tendo-a como instrumento normal de poder. Em nossa época, entretanto, devemos conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território --- a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado --- reivindica o *monopólio do uso legítimo da violência física*. [...]. O Estado se transforma, portanto, na única fonte do “direito” à violência.

WEBER, Max. “A política como vocação”. In: *Ciência e Política. Duas vocações*. Trad. Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mora. São Paulo: Cultrix, 2000, p.56.

No âmbito do Estado, que é o do domínio legal, a burocracia exerce um papel decisivo para a criação, o fortalecimento e a perpetuação do Estado Moderno.



A BUROCRACIA, em Max Weber, é uma forma de administrar na qual cada funcionário, aprovado concurso público sob critérios igualmente públicas e universais, exerce uma função específica e especializada, dentro de uma hierarquia reconhecida. Estabelecendo uma relação de superioridade, a burocracia é um mecanismo de poder. Em sua atuação a serviço do Estado, o funcionário tem uma série de proteções e garantias, que fazem com que muitos busquem esse serviço. Essa estrutura burocrática acentua a impessoalidade nas repartições públicas, uma vez que o funcionário deve fazer com que sua especialidade funcione, sua função seja bem exercida, o regulamento seja bem cumprido, buscando atender e administrar a igualdade reivindicada pelas pessoas.

QUESTÕES



Questão 01

Toda a atividade orientada segundo a ética pode ser subordinada a duas máximas inteiramente diversas e irredutivelmente opostas. Pode orientar-se segundo a ética da responsabilidade ou segundo a ética da convicção. Isso não quer dizer que a ética da convicção equivalha a ausência de responsabilidade e a ética da responsabilidade, a ausência de convicção. Não se trata disso, evidentemente. Não obstante, há oposição profunda entre a atitude de quem se conforma às máximas da ética da convicção — diríamos em linguagem religiosa, “o cristão cumpre seu dever e, quanto aos resultados da ação, confia em Deus” — e a atitude de quem se orienta pela ética da responsabilidade, que diz: “Devemos responder pelas previsíveis consequências de nossos atos”. [...]. Vemos, assim, que a ética da convicção e a ética da responsabilidade não se contrapõem, mas se completam e, em conjunto, formam o homem autêntico, isto é, um homem que pode aspirar à “vocação política”.

WEBER, Max. “A política como vocação”. In: *Ciência e Política. Duas vocações*. Trad. Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mora. São Paulo: Cultrix, 2000, p.110-122.

Com base na leitura desse trecho, no confronto entre as éticas da convicção e da responsabilidade, infere-se que



- A) a ética da convicção, em si mesma, apresenta uma dimensão abstrata e metafísica, e pode, inclusive, alimentar atitudes fundamentalistas e fanáticas.
- B) a ética da responsabilidade é incompatível com a ética da convicção, pois uma refere-se à dimensão subjetiva e outra à dimensão objetiva.
- C) o homem público, inserido na espera política, deve sempre agir motivado pela ética da convicção, pois os conflitos são a mola da vida social.
- D) a autenticidade de vida se constrói sobre a ética da convicção, pois nela aparece a dimensão da consciência, que é decisiva para a formação da identidade humana.
- E) a ética da responsabilidade é insuficiente para julgar as ações políticas dos representantes legitimamente eleitos.

Questão 02 (Unioeste 2016)

Max Weber (1864-1920) afirma que “devemos conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território [...], reivindica o *monopólio do uso legítimo da violência física*”

(Weber, *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2006, p. 56).

Assinale a alternativa CORRETA, a respeito do significado da afirmação de Weber.



- A) Para Weber, no caso do Estado contemporâneo, apenas seus agentes podem utilizar a violência de modo legítimo dentro dos limites do seu território.
- B) O Estado foi sempre o único agente que pode utilizar legalmente a violência com o consentimento dos cidadãos - a violência dos pais contra os filhos, por exemplo, sempre foi ilegal.
- C) Atualmente, o Estado é o único agente que utiliza a violência (ameaças, armas de fogo, coação física) como meio de atingir seus fins - assim a segurança de todos os cidadãos está garantida.
- D) Outros grupos também podem utilizar a violência como recurso - por exemplo, as empresas privadas de vigilância - independente da autorização legal do Estado.
- e) Todos os cidadãos reconhecem como legítima qualquer violência praticada pelos agentes do Estado contemporâneo - por exemplo, quando a polícia usa balas de borracha contra grevistas.



AULA 9.

KARL MARX (1818- 1883): CRITICA ANTI-CAPITALISTA



Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte.
São Paulo: Abril Cultural, 1974. p. 335

O pensamento filosófico e sociológico de Karl Marx vem definido como materialista, uma vez que a forma de pensar do indivíduo provém das relações materiais de produção da existência. Essas relações, na sociedade capitalista, são relações de classe; por isso, historicamente determinadas e conflitivas. Assim, o materialismo de Marx é histórico e dialético, construído pelos homens na história. Em decorrência, não há linearidade possível, uma vez que o conflito é motor da história.

Vejamos, então, brevemente, os elementos centrais da leitura sociológica da realidade, realizada por Karl Max.

Classes sociais.

Para Marx, o sistema capitalista é estruturado a partir de classes antagônicas. Existe a classe dos proprietários dos meios de produção e existe a classes dos não proprietários, dos trabalhadores. Nessa divisão em classes, a classe dominante é a dos proprietários que cria estratégias para perpetuar essa situação.



Entretanto, a nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado. [...]. Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia [...] fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas com tanto esforço, pela única e implacável liberdade de comércio. Em uma palavra, em lugar da exploração velada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, cínica, direta e brutal. [...]

MARX K.; ENGELS, F.. *Manifesto do Partido Comunista*.

Ideologia e alienação.

Sobre a automação do processo produtivo, que implica na alienação do trabalhador e na alienação do produto

do seu trabalho, produzindo a desumanização do trabalhador, afirma-se:



Esses operários, constrangidos a vender-se diariamente, são mercadoria, artigo de comércio como qualquer outro; em consequência, estão sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado. O crescente emprego de máquinas e a divisão do trabalho, despojando o trabalho do operário de seu caráter autônomo, tiram-lhe todo atrativo. O produtor passa a um simples apêndice da máquina e só se requer dele a operação mais simples, mais monótona, mais fácil de aprender. Desse modo, o custo do operário se reduz, quase exclusivamente, aos meios de manutenção que lhe são necessários para viver e perpetuar sua existência. [...]. O trabalhador cai no pauperismo, e este cresce ainda mais rapidamente que a população e a riqueza. [...]

MARX K.; ENGELS, F.. *Manifesto do Partido Comunista*. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>. Acesso: 23 de fev. 2015.

Assim, o instrumento que a classe dominante cria para a manutenção do *status quo*, para a perpetuação da situação de exploração, é a ideologia, capaz de fazer a classe dominada pensar que a situação na qual se encontra seja natural.

Ao operar essa inversão na realidade, a ideologia mascara a opressão, impedindo a percepção do caráter dominador e injusto da estrutura capitalista. Nesse proce-

dimento, ela universaliza os interesses de uma classe e faz o operário oprimido pensar da forma como convém à classe dominante. Com isso, a consciência do trabalhador fica refém de uma mentalidade estranha à verdadeira realidade. É nesse estranhamento, no qual o operário não mais se pertence, que consiste a alienação.

Considerando o mundo do trabalho, existem duas formas de abordar o tema da alienação: sob a ótica do trabalhador alienado e sob a ótica do produto do trabalho alienado. Vejamos o texto a seguir:



Como o operário não seria estranho ao produto de sua atividade se, no próprio ato de produção, não se tornasse estranho a si mesmo? Com efeito, o produto é só o resumo da atividade de produção. [...]. A natureza alienada do trabalho aparece nitidamente no fato de que, desde que não exista imposição física ou outra, foge-se do trabalho como da peste. O trabalho alienado, o trabalho no qual o homem se espolia, é sacrifício de si, mortificação. Enfim, o operário ressentido a natureza exterior do trabalho pelo fato de que não é seu bem próprio, mas o de outro, que não lhe pertence; que no trabalho o operário não pertence a si mesmo, mas a outro.

MARX, Karl, K. MARX. O trabalho alienado. In: VV.AA. Os filósofos através dos textos. De Platão a Sartre. Trad. Constança Terezinha M. César. São Paulo: Paulus, 1997. p.250-251



Assim, a alienação nas relações capitalistas de trabalho representa uma dupla negação. Por um lado, no trabalho o operário se nega, pois realiza um trabalho forçado que não é natural e nem é fonte de realização humana para ele. Por outro lado, o produto do trabalhado é negado ao seu verdadeiro produtor, permanece alienado, pertencente ao estranho, alheio a si.

Desse processo de dupla alienação nasce a *mais-valia*, mola mestra do capitalismo. A força de trabalho é mera mercadoria, mas é mercadoria capaz de criar valor, e o valor terá direta relação com o tempo dispendido no serviço da mercadoria. Com efeito, todo o investimento capitalista está em função do lucro. Dessa forma, a organização do trabalho é feita com o objetivo de adquirir sempre maior *mais-valia*, que é o excedente ou diferença entre o que o patrão gasta com o operário e o que ele ganha com o produto desse trabalho.

A negação da negação: A revolução do proletariado

Essa exploração, no modo capitalista de trabalho, não tem fim. Portanto, a libertação do trabalhador virá somente na negação dessas negações. Dessa nova realidade histórica Marx falará ao se referir à necessária revolução do proletariado, por meio da qual a propriedade de si mesmo e de sua produção deverá voltar aos trabalhadores.



Assim, a partir de Marx, podemos sintetizar o modo de produção socialista como o modelo econômico estruturado sobre a propriedade social ou coletiva dos meios de produção. Por meio do socialismo, o comunismo poderia ser instaurado e com ele teríamos o fim do Estado classista que existe no capitalismo.

QUESTÕES



Questão 1 (Enem 2013)

Na produção social que os homens realizam, eles entram em determinadas relações indispensáveis e independentes de sua vontade; tais relações de produção correspondem a um estágio definido de desenvolvimento das suas forças materiais de produção. A totalidade dessas relações constitui a estrutura econômica da sociedade — fundamento real, sobre o qual se erguem as superestruturas política e jurídica, e ao qual correspondem determinadas formas de consciência social.

MARX, K. Prefácio à Crítica da economia política. In: MARX, K.; ENGELS, F. Textos 3. São Paulo: Edições Sociais, 1977 (adaptado).

Para o autor, a relação entre economia e política estabelecida no sistema capitalista faz com que



- A) o proletariado seja contemplado pelo processo de mais-valia.



- B) o trabalho se constitua como o fundamento real da produção material.
- C) a consolidação das forças produtivas seja compatível com o progresso humano.
- D) a autonomia da sociedade civil seja proporcional ao desenvolvimento econômico.
- E) a burguesia revolucione o processo social de formação da consciência de classe.

Questão 2. (P UC Pr 2012).

Leia as afirmações a seguir:

- I. O nascimento do direito moderno é produto da racionalização da sociedade ocidental e do Estado
- II. O direito moderno é reflexo do modo de produção capitalista.
- III. A evolução do direito é resultado da divisão social do trabalho.

Assinale a alternativa que corresponde à sequência CORRETA dos autores.



- A) Weber, Durkheim e Marx.
- B) Marx, Durkheim e Weber.
- C) Durkheim, Marx e Weber.

D) Weber, Marx e Durkheim.

E) Durkheim, Weber e Marx.

Questão 03. (Ufu, 2003)

Considere a citação abaixo e, a seguir, marque a alternativa correta acerca da concepção materialista da história formulada por Karl Marx.

“... na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência.”

MARX, Karl. Contribuição para a crítica da economia política. Lisboa: Estampa, 1973. p. 28.



- A) Marx expressa, também nessa passagem, sua concepção determinista e finalista, segundo a qual o conjunto das relações sociais reduz-se ao âmbito da produção econômica.
- B) Marx afirma que a moral, os sistemas políticos, os princípios jurídicos e as ideologias não têm vida própria diante do modo pelo qual os homens produzem e reproduzem a existência.
- C) Marx nega todo e qualquer papel ativo na história à consciência, sendo esta, antes, um mero reflexo da esfera da produção material.
- D) Marx sustenta que o ser social que pensa, que atua politicamente e que representa o seu espaço reproduz simplesmente as condições históricas vigentes, independente de sua classe social.



AULA 8.

GEORG SIMMEL: MODERNIDADE E VIDA NERVOSA

Georg Simmel (1858-1918) é filósofo e sociólogo alemão, nascido em Berlim. Foi um dos fundadores da Sociedade Alemã de Sociologia, a exemplo de Max Weber.

Simmel viveu, pensou e analisou o contexto de sua época, marcado por acentuado êxodo rural. As pessoas abandonam os campos e busquem o sucesso nas fábricas, sob a sedução dos salários. O fascínio que o dinheiro exerce sobre as pessoas nessa emergente sociedade moderna torna-se objeto de estudo para Simmel. Nesse contexto de migração para os centros urbanos, cada vez mais complexos, os indivíduos vão adquirindo um **comportamento de reserva** em relação aos outros, o que funciona como uma forma de defesa de sua individualidade. Isso mostra, o quanto o individualismo será a marca do espírito moderno.

Em *A metrópole e o Espírito da vida*, Simmel aborda essas transformações que a metropolização das cidades provoca na alma das pessoas. Os sentimentos que passam a reinar são a **solidão e a angústia** de indivíduos atomizados e atropelados em sua individualidade.

Sua reflexão sociológica, centrada no tema do **conflito entre a dimensão objetiva e subjetiva da cultura**, influenciou também profundamente o pensamento de muitos filósofos e sociólogos contemporâneos, com destaque para os pensadores da escola de Frankfurt, especialmente Adorno e Max Horkheimer.

Sua reflexão evidencia que **o progresso material não significa necessariamente progresso cultural do sujeito**; ao contrário, pode significar involução, despersonalização do sujeito. Isso pode ser verificado no rápido processo de urbanização, com a crescente circulação de dinheiro, que afetou profundamente as relações indivíduo-sociedade, comprometendo profundamente a autonomia do sujeito, que se encontra cada vez mais submetido às forças impessoais da cultura objetiva em crescente mecanização. Em decorrência dessa pressão social, os sentimentos mais recorrentes são o de um profundo vazio, de solidão, de uma impessoalidade de quem não mais se reconhece.

Simmel usa a expressão “**tragédia cultural**” para referir-se a essa acentuada discrepância entre as conqui-

tas materiais da sociedade e o estado pouco evoluído do próprio ser humano. Nessa grande tragédia cultural, os sujeitos que criam a cultura não mais se reconhecem e nem são reconhecidos na cultura que criam. Portanto, a sociedade moderna, marcada pelas crescentes metrópoles, iniciou um processo de automatização da vida, que implicou a alienação do indivíduo.

Na sociedade moderna, na qual reina a racionalidade técnico-científica, a dimensão objetiva predomina sobre a subjetiva, sobre a autonomia do sujeito e muitas vezes a alma humana encontra-se alienada de si e presa à exterioridade dos produtos da cultura. Trata-se de um processo de estranhamento provocado por uma cultura marcada pela divisão social do trabalho, de mentalidade calculista, sob o paradigma econômico. A vida moderna é vida monetária, quantificada, acelerada sob as pressões do mercado, em cuja lógica os meios se transformam em fins e os fins são instrumentalizados e se tornam meios a serviço da lógica do capital.

Nessa alienação característica da tragédia cultural, acontece a acontece impessoalidade, o distanciamento das relações conscientes. Em decorrência dessa indiferenciação ou coisificação, no interior de uma sociedade regida pelo dinheiro, o traço distintivo da sociedade moderna será o individualismo, que está na raiz e nos frutos das modernas revoluções que reivindicam o reino das liberdades individuais



A impessoalidade que caracteriza a vida do indivíduo metropolitano moderno produz essa indiferença, definida por Simmel como atitude blasé, resultante do massacre ou do bombardeio de estímulos cotidianos que, de tão fortes e constantes, acabam produzindo uma espécie de anestesia, de insensibilidade, de não reação, de não espanto, de distanciamento passivo. Hiperestimulado, o indivíduo acaba ficando sem forças de reação; nas palavras de Simmel: “incapaz de reagir a novos estímulos com as energias adequadas”.

QUESTÃO



Questão (PUCPR, 2012)

Georg Simmel, em seu texto clássico *A metrópole e a vida mental*, menciona profundas alterações emocionais e sensitivas dos seres humanos causadas pela cidade grande. Sobre esse tema é CORRETO afirmar:



- A) Simmel destaca que desde o início do processo de urbanização, os habitantes de grandes cidades desenvolvem ampla afetividade pelos moradores vizinhos bem como pelos seus contextos locais de habitação.
- B) De influência marxista, Simmel desenvolve a base da sociologia urbana ao tratar a cidade como a

forma predominante e efetiva de reconversão da relação exploratória plenamente capitalista.

- C) As novas formas de associação e visão de mundo a partir da construção de novos laços urbanos é algo diagnosticado por Simmel logo em seu texto clássico, anunciando os desdobramentos de reivindicações de direitos civis e movimentos sociais que proliferariam ao longo do século XX.
- D) De orientação weberiana, Simmel identifica um processo de suavização da exploração do trabalho no contexto urbano, por conta das novas possibilidades metropolitanas da modernidade.
- F) O ponto central é a intensificação dos estímulos urbanos e o anonimato, que geram, por um lado uma ampliação da racionalidade e calculabilidade da vida e, por outro a atitude blasé, como forma de proteção emocional.



AULA 10.

MICHEL FOUCAULT: SOCIEDADES DISCIPLINARES



Michel Foucault (1926-1984) foi filósofo, crítico literário, filólogo, um teórico crítico da sociedade moderna. Suas reflexões e análises concentram-se em torno dos temas que relacionam conhecimento e poder. Nessas abordagens, o tema do controle social e da função disciplinadora exercidos pelas instituições ocupa lugar central. Outros temas relacionados a essa temática são o corpo, a loucura, o crime, a sexualidade e o poder. Em sua abordagem, enfatiza o papel das instituições, que desempenham funções disciplinadoras e controladoras das ações do indivíduo. Seus escritos principais são: História da loucura, O nascimento da clínica; As palavras e as coisas; A arqueologia do saber; Vigiar e Punir; A microfísica do poder.

Um elemento singular na obra de Foucault é o deslocamento que ele realiza na ideia de poder como algo essencialmente ligado ao Estado. Na contramão dessa visão,

ele se concentra na rede de “micropoderes”, relações de poder em redes periféricas. Nas palavras de Foucault:



(...) em primeiro lugar: não se trata de analisar as formas regulamentares e legítimas do poder em seu centro, no que possam ser seus mecanismos gerais e seus efeitos constantes. Trata-se, ao contrário, de captar o poder em suas extremidades, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violento (FOUCAULT, 1979, p. 182)

FOUCAULT.M. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979, p. 182.

A partir desse pressuposto de que o poder atravessa todo tecido social, está em toda parte e provém de todos os lugares, Foucault volta o seu olhar para as muitas instituições que existem na sociedade, como escolas, hospitais, fabricas, quartéis, hospícios (...). Sendo assim, o poder não é uma propriedade que pertence a alguém, mas algo inerente às relações, que existe nas práticas sociais, como uma máquina espalhada por toda a estrutura.,O que existe na verdade são infinitos mecanismos

de saber e poder que perpassam todo o tecido social, gerando e modificando condutas nos indivíduos.

Essa força relacional oculta, não personalizada, atua em todos os âmbitos produzindo um ser humano domesticado ou docilizado. Assim, o poder difuso realiza um controle difuso. Um exemplo no qual podemos fazer ou perceber a aplicação dessa ideia encontra-se na estrutura das fábricas ou dos presídios, nos quais se encontra ou uma torre ou vidros transparentes, por meio dos quais a absoluta vigilância se exerce, nela o vigiado acaba interiorizando o olhar do vigia.



O poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existem de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social, que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação.

MACHADO Roberto. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979, p. XIV (introdução).

Se aplicarmos essa ideia ao nosso cotidiano, veremos que, de fato, vivemos dentro de uma estrutura que nos

condiciona o tempo todo. Por isso, o estruturalismo é uma radical denúncia da ideia existencialista de que o homem é ser livre, sujeito autônomo de sua história. O pensamento de Karl Marx também sinaliza, em seu materialismo, que as relações materiais de produção da existência determinam a forma de pensar e de agir do ser humano; ou seja, o ser social do homem, seu meio cultural, determina a sua consciência.

Sobre o poder como rede que atravessa todo o corpo social, Foucault assim expressa:



Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979, p. 8.

Para Foucault, o indivíduo moderno é fortemente monitorado e controlado por muitas instâncias de poder. Esse monitoramento generalizado acontece atualmente, também, nas compras que um indivíduo faz com seu cartão de crédito, nos produtos que consume.



Foucault direciona o nosso olhar para a forma, para a arquitetura das organizações modernas. Esses ambientes são cuidadosamente planejados e construídos para que não se perca a vigilância e o controle geral. Em todos esses espaços modernos veremos salas e corredores, que devem atender ao critério da visibilidade, da supervisão das atividades. Se observarmos o *layout* físico das organizações e buscarmos o local da autoridade ou das instâncias de poder, normalmente encontraremos também uma hierarquia física, na qual o maior poder encontra-se nos andares superiores.

QUESTÕES



Questão 1. O paróptico. (ENEM 2013)

O edifício é circular. Os apartamentos dos prisioneiros ocupam a circunferência. Você pode chamá-los, se quiser, de celas. O apartamento do inspetor ocupa o centro; você pode chamá-lo, se quiser, de alojamento do inspetor. A moral reformada; a saúde preservada; a indústria revigorada; a instrução difundida; os encargos públicos aliviados; a economia assentada, como deve ser, sobre uma rocha; o nó górdio da Lei sobre os Pobres não cortado, mas desfeito — tudo por uma simples ideia de arquitetura!

BENTHAM, J. O panóptico. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Essa é a proposta de um sistema conhecido como panóptico, um modelo que mostra o poder da disciplina nas sociedades contemporâneas, exercido preferencialmente por mecanismos



- A) religiosos, que se constituem como um olho divino controlador que tudo vê.
- B) ideológicos, que estabelecem limites pela alienação, impedindo a visão da dominação sofrida.
- C) repressivos, que perpetuam as relações de dominação entre os homens por meio da tortura física
- D) sutis, que adestram os corpos no espaço-tempo por meio do olhar como instrumento de controle
- E) consensuais, que pactuam acordos com base na compreensão dos benefícios gerais de se ter as próprias ações controladas.

Questão 2. Finalidade das leis – ENEM 2010

A lei não nasce da natureza, junto das fontes frequentadas pelos primeiros pastores: a lei nasce das batalhas reais, das vitórias, dos massacres, das conquistas que têm sua data e seus heróis de horror:

a lei nasce das cidades incendiadas, das terras devastadas; ela nasce com os famosos inocentes que agonizam no dia que está amanhecendo.

FOUCAULT. M. Aula de 14 de janeiro de 1976. In. Em defesa da sociedade. SP: Martins Fontes. 1999

O filósofo Michel Foucault (séc. XX) inova ao pensar a política e a lei em relação ao poder e à organização social. Com base na reflexão de Foucault, a finalidade das leis na organização das sociedades modernas é



- A) combater ações violentas na guerra entre as nações.
- B) coagir e servir para refrear a agressividade humana.
- C) criar limites entre a guerra e a paz praticadas entre os indivíduos de uma mesma nação.
- D) estabelecer princípios éticos que regulamentam as ações bélicas entre países inimigos.
- E) organizar as relações de poder na sociedade e entre os Estados.

Questão 3. Poder em Foucault. (Unioeste 2016)



Os estudos realizados por Michel Foucault (1926-1984) apresentam interfaces que corroboram para estudos em diversas áreas de conhecimento, entre as quais a Filosofia, Ciências Sociais, Pedagogia, Psiquiatria, Medicina e Direito. Em 1975, Foucault publicou a obra “Vigiar e Punir: história da violência das prisões”, na qual propunha uma nova concepção de poder, a qual abandonava alguns postulados que marcaram a posição tradicional da esquerda do período.

Sobre a concepção de poder foucaultiana, é CORRETO afirmar.



- A) Só exerce poder quem o possui, por se tratar de um privilégio adquirido pela classe dominante que detém o poder econômico.
- B) O poder está centralizado na figura do Estado e está localizado no próprio aparelho de Estado, que é o instrumento privilegiado do poder.
- C) Todo poder está subordinado a um modo de produção e a uma infraestrutura, pois o modo como a vida econômica é organizada determina a política.
- D) O poder tem como essência dividir os que possuem poder (classe dominante) daqueles que não têm poder (classe dos dominados).

- E) O poder não remete diretamente a uma estrutura política, ao uso da força ou a uma classe dominante: as relações de poder são móveis e só podem existir quando os sujeitos são livres e há possibilidade de resistência.

Questão 4. Vigiar e Punir. (Pucpr 2010)

“Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação. (...) O momento histórico das disciplinas e o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente ao aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está

nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”.

(FOUCAULT. M. Vigiar e Punir, p. 118).

Segundo essa passagem, seria correto afirmar que:

- I. O texto mostra como, a partir dos séculos XVII e XVIII o corpo foi descoberto como objeto e alvo de um novo poder e de novas formas de controle, pelas quais são superadas antigas formas de domínio e instaurado um novo modelo com o fim de tornar os corpos mais dóceis.
- II. O fim dessas práticas é tornar o corpo obediente e disciplinado através de um rigoroso exercício de controle sobre gestos e comportamentos. É assim que o corpo vira um novo objeto de poder.
- III. Segundo o autor, essa é a primeira vez na história que o corpo se tornara objeto de poder, já que essas práticas eram comuns tanto nos regimes escravocratas quanto nos monásticos.



IV. Esses novos mecanismos de controle têm, segundo o autor, uma única motivação: o domínio do corpo para exploração econômica.



- A) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.
- B) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
- C) Apenas a assertiva IV é verdadeira.
- D) Todas as assertivas são verdadeiras.
- E) Apenas a assertiva I é verdadeira.



AULA 11.

NORBERT ELIAS E O PROCESSO CIVILIZADOR



Norbert Elias (1897-1990). Devido ao fato de nascer de família Judaica, viu-se obrigado a fugir da Alemanha nazista. Seu exílio começa na França, em 1933. Posteriormente, fixará residência na Inglaterra, onde passará a maior parte de sua vida. A obra mais importante de Elias foram os dois volumes de *O processo civilizador*, publicado originalmente em Alemão, em 1939. Ter acesso aos estudos do sociólogo alemão Norbert Elias sobre o processo de formação do homem civilizado são fundamentais para desenvolver em nós a habilidade sociológica da perspectiva analítica da vida social.

Inicialmente, Norbert Elias reconhece que a produção cultural nunca é fruto de um indivíduo. Indivíduo não produz cultura. É a comunidade humana que cria cultura e nela permanentemente se recria. Dessa forma, a con-

figuração que a cultura recebe é algo inesperado, que surge da dinâmica e imprevisível interação social.

Em *O processo Civilizador*, de 1939, Norbert Elias analisa a formação dos valores sociais e os efeitos que o Estado moderno provoca sobre os costumes e a conduta moral dos indivíduos. O olhar de Elias favorece a desnaturalização dos valores e dos sentimentos morais. Os nossos sentimentos e valores são uma construção histórica, que tem contexto e atendem a objetivos ou interesses de classe. Em seus estudos, ele mostra a curva de civilização que aconteceu na sociedade moderna, citando vários exemplos retirados de livros de boas maneiras, nos quais se verificam as alterações nos comportamentos, especialmente no que tange à higiene pessoal, comportamento sexual, etiqueta à mesa, autocontrole na forma de usar a palavra.

Portanto, a imaginação sociológica deve sempre considerar a complexidade das relações sociais que são construídas por homens historicamente situados para atender as demandas sociais de seu tempo. No percurso histórico de construção da cultura, os valores aprendidos e apreendidos ou assimilados socialmente passam a ser vistos como se fossem naturais, e incorporam a estrutura da personalidade do indivíduo. Por exemplo, o sentimento de vergonha, que muitos julgam como natural, foi socialmente aprendido nas relações sociais.

Historicamente, Norbert Elias mostra como a centralização do poder nas monarquias absolutistas exigia maior controle das emoções e dos impulsos entre os indivíduos que se relacionavam nesse nível, a ponto de ser um elemento definidor da identidade, que distinguia a elite social. A partir do momento em que a burguesia passa a assumir funções governamentais, a instituição família receberá como uma de suas principais funções a educação das crianças, na direção do seu condicionamento para os padrões de comportamento socialmente aceitos.



Na verdade, [a limitação dos instintos] é cultivada desde tenra idade no indivíduo, como autocontrole habitual, pela estrutura da vida social, pela pressão das instituições em geral, e por certos órgãos executivos da sociedade (acima de tudo, pela família) em particular. Por conseguinte, as injunções e proibições sociais tornam-se cada vez mais partes do ser, de um superego estritamente regulado.

ELIAS, N. *O processo civilizador*. Formação do Estado e Civilização. RJ: Jorge Zahar Ed., 1993.p. 186-187.

Assim, a força coercitiva da cultura move os comportamentos sociais de seus membros. O próprio indivíduo passa a exercer um autocontrole para não frustrar as expectativas sociais e sentir-se incluído socialmente. Nesse sentido, para Norbert Elias, o critério que define ou

orienta o processo civilizador de uma cultura é a passagem da coerção externa para a autocoerção. Portanto, o processo civilizador acontece à medida que os impulsos primários e agressivos do ser humano forem controlados e canalizados para a vida social.

Por exemplo, a sociedade moderna, na era industrial, passou a ter demandas que não existiam na sociedade feudal. Assim, as específicas demandas de cada novo contexto histórico e sociocultural exigem e possibilitam profundas alterações nos costumes sociais e nos hábitos individuais. Por isso, o nível de civilização no qual nos encontramos é fruto desses históricos movimentos da própria cultura, jamais resultado do projeto de um gênio individual. Dessa forma, a sociedade é vista como uma teia de relações que se incluem, interagem de forma dinâmica. Portanto, o enfoque não está na ideia de camadas separadas, de uma estrutura social rígida, mas na noção de um único tecido social no interior.

QUESTÕES



Questão 1. (ENEM 2012)

Texto I

“O que vemos no país é uma espécie de espraio-mento e a manifestação da agressividade através da violência. Isso se desdobra de maneira evidente na criminalidade, que está presente em todos os redutos – seja nas áreas abandonadas pelo poder público, seja na política ou no futebol. O brasileiro não é mais violento do que outros povos, mas a fragilidade do exercício e do reconhecimento da cidadania e a ausência do Estado em vários territórios do país se impõem como um caldo de cultura no qual a agressividade e a violência fincam suas raízes.” Entrevista com Joel Birman. “A Corrupção é um crime sem rosto”.

Isto É. Edição 2099, 3 fev. 2010.

Texto II

“Nenhuma sociedade pode sobreviver sem canalizar as pulsões e emoções do indivíduo, sem um controle muito específico de seu comportamento. Nenhum controle desse tipo é possível sem que as

peças antepõem limitações umas às outras, e todas as limitações são convertidas, na pessoa a quem são impostas, em medo de um ou outro tipo.”

ELIAS, N. O Processo Civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

Considerando-se a dinâmica do processo civilizador, tal como descrito no Texto II, o argumento do Texto I acerca da violência e agressividade na sociedade brasileira expressa a



- A) Incompatibilidade entre os modos democráticos de convívio social e a presença de aparatos de controle policial.
- B) Manutenção de práticas repressivas herdadas dos períodos ditatoriais sob a forma de leis e atos administrativos.
- C) Inabilidade das forças militares em conter a violência decorrente das ondas migratórias nas grandes cidades brasileiras.
- D) Dificuldade histórica da sociedade brasileira em institucionalizar formas de controle social compatíveis com valores democráticos.
- E) Incapacidade das instituições político-legislativas em formular mecanismos de controle social específicos à realidade social brasileira.

Questão 2.

Mostramos como o controle efetuado através de terceiras pessoas é convertido, de vários aspectos, em autocontrole, que as atividades humanas mais animais são progressivamente excluídas do palco da vida comum e investidas de sentimentos de vergonha, que a regulação de toda a vida instintiva e afetiva por um firme autocontrole se torna cada vez mais estável, uniforme e generalizada. Isso tudo certamente não resulta de uma ideia central concebida há séculos por pessoas isoladas, e depois implantada em sucessivas gerações como a finalidade da ação e do estado desejados, até se concretizar por inteiro nos “séculos de progresso”. Ainda assim, embora não fosse planejada e intencional, essa transformação não constitui uma mera sequência de mudanças caóticas e não estruturadas [...]. Se analisamos em sua totalidade esses movimentos do passado, o que vemos é uma mudança em direção bem definida. [...] Hoje os fragmentos do passado humano reunidos em nossa mente e em nossos livros pelo trabalho de muitas gerações, começam, aos poucos, a se encaixar num quadro consistente da história e do universo humano em geral.

Elias, N. *O processo civilizador. Vol.II: Formação do Estado e Civilização*. RJ: Jorge Zahar Ed., 1993, p. 193-194. 266

Com base na leitura desse trecho e em outras informações sobre o pensamento de Norbert Elias, sobre o processo civilizador infere-se que:



- A) a trajetória da história é algo absolutamente aleatório, casual e inesperado, sem a possibilidade de um planejamento racional.
- B) no passado, pessoas projetaram a direção do progresso da humanidade, que caminha ordenadamente dentro de sua lógica preconcebida.
- C) a história possui um sentido e uma lógica que não nos autoriza afirmar a possibilidade da imprevisibilidade histórica.
- D) a trajetória da história da civilização traz uma evolução na direção de um controle cultural sobre os impulsos naturais primários do ser humano.
- E) as manifestações da impulsividade passional e da agressividade humanas não conseguirão ser minimizadas e canalizadas para a vida social.

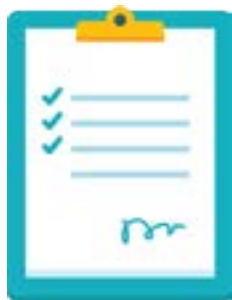


AULA 12

ESCOLA DE FRANKFURT E A INDÚSTRIA CULTURAL.

A escola de Frankfurt surgiu a partir do Instituto de Pesquisa Social, fundado em Frankfurt, em 1923. Os intelectuais fundadores da Escola de Frankfurt, sob a influência do Pensamento de Karl Marx, estavam preocupados em resgatar a filosofia em sua dimensão crítica, ao mesmo tempo em que atribuíam às ciências sociais um olhar interdisciplinar e crítico. Entre os teóricos dessa escola, destacam-se Walter Benjamin, Herbert Marcuse, Horkheimer e Adorno.

O contexto das reflexões dessa escola é a sociedade tecnológica. Max Horkheimer, em 1931, assume a direção do Instituto que se converte na “teoria crítica da sociedade”.



Nessa visão, a mídia é vista como instrumento de massificação e de indiferenciação dos indivíduos, usado pela classe dominante para manter a alienação das classes dominadas.

Em parceria com Max Horkheimer (1895-1973), Theodor Wiesengrund Adorno (1903-1969) escreve a conhecida obra “*Dialética do Iluminismo*”, analisando a contemporânea sociedade tecnológica. Nessa obra, os autores recordam que o projeto do iluminismo era libertar os homens das trevas, da ignorância, das alienações. Contudo, o iluminismo tornou os homens reféns de uma razão instrumental, manipuladora, técnica, a serviço dos projetos do capitalismo moderno.

Uma das formas denunciadas por essa Escola é o fato de a Indústria da comunicação criar e explorar a necessidade da eterna novidade, na qual não se cria mais vínculos com uma tradição que ajudasse na construção da identidade. Todas as dimensões da vida serão inundadas por esse processo de massificação cultural, até o “tempo livre” será manipulado e o lazer procurado será o lazer induzido, o lazer programado de cima para baixo.

A presença das massas foi associada ao nascimento dos modernos meios de comunicação. Com isso, o enfoque

se concentra no poder da mídia em transmitir informações e influenciar comportamentos na massa, vista como homogênea e manipulável. Rapidamente, cresceu o uso estratégico da mídia para fazer propagandas políticas e induzir certos comportamentos, reforçando a noção de controle social.



O conceito de massa que serve de complemento à ideia de comunicação e cultura a partir do século XVIII diz respeito a uma população rebaixada, indiferenciada e subalterna que habitava as ruas dos centros urbanos na Europa que se industrializava.

(COSTA, Cristina. Sociologia: Introdução à ciência da sociedade. 3ªed. São Paulo: Moderna, 2005. p.283.)

Na sociedade capitalista, o paradigma econômico é o que rege o pensamento e as relações. Tudo gira em torno do ganho, do capital, do lucro. Tudo vira uma indústria. Há grupos que passam a controlar os meios de comunicação, mediante concessões cedidas pelo próprio Estado, para criar desejos e cultivar um determinado estilo de gosto e de vida.

(INDÚSTRIA CULTURAL)



A indústria cultural é o articulado jogo de estratégias que existe no sistema capitalista que consiste em converter a cultura em mercadoria. Refere-se à prática exercida pelas empresas, pelas elites dominantes, que comercializa a cultura e a arte, em busca de através maior lucratividade no mercado. Para essa finalidade, o grande objeto da indústria cultural é o próprio homem, manipulado de muitas formas, para produzir sempre mais, em vista de um mercado de consumidores. Com a expressão “indústria cultural” faz-se referência a uma convergência de iniciativas voltadas para seduzir o consumidor com ofertas que o agradem imediatamente. Assim, vende-se uma cultura que não necessita da reflexão. Entende-se, dessa forma, que indústria cultural é produto de uma forma de racionalidade, de uma lógica que impera no mundo capitalista ocidental, que invade a esfera da arte e da experiência do prazer estético.

Esse novo saber que se pretende esclarecido é, na verdade, um saber técnico e eficaz. O que esse saber pretende é a produção de objetos para o consumo. Nisso ele anestesia a consciência e aliena o ser humano, transformando-o em um indivíduo atomizado, despersonalizado, diminuído, fundido na massa de manobra. Nasce, dessa forma, uma indústria cultural que conduz o indivíduo a

um sentimento de satisfação ilusória, uma vez que esse perde sua autonomia reflexiva.



O fascínio da canção da moda, do que é melodioso, e de todas as variantes da banalidade, exerce a sua influência desde o período inicial da burguesia. [...]. A ilusória convicção da superioridade da música ligeira em relação à séria tem como fundamento precisamente essa passividade das massas, que colocam o consumo da música ligeira em oposição às necessidades objetivas daqueles que a consomem. [...]. A liquidação do indivíduo constitui o sinal característico da nova época musical em que vivemos. [...]. Com efeito, a música atual, na sua totalidade, é dominada pela característica de mercadoria: os últimos resíduos pré-capitalistas foram eliminados.

ADORNO, Theodor W. “” “O fetichismo na música” In. Max Horkheimer e Theodor W. Adorno. Textos escolhidos. Trad. Zeljko Loparié... [et al.] 5ª ed. São Paulo: Nova Cultural, p. 79-86.

QUESTÕES



Questão 1. (Enem 2015)

Na sociedade contemporânea, onde as relações sociais tendem a reger-se por imagens midiáticas, a imagem de um indivíduo, principalmente na indústria do espetáculo, pode agregar valor econômico na medida de seu incremento técnico: amplitude do espelhamento e da atenção pública. Aparecer é então mais do que ser; o sujeito é famoso porque é falado. Nesse âmbito, a lógica circulatória do mercado, ao mesmo tempo que acena democraticamente para as massas com supostos “ganhos distributivos” (a informação ilimitada, a quebra das supostas hierarquias culturais), afeta a velha cultura disseminada na esfera pública. A participação nas redes sociais, a obsessão dos *selfies*, tanto falar e ser falado quanto ser visto são índices do desejo de “espelhamento”.

SODRÉ, M. Disponível em: <http://alias.estadao.com.br>. Acesso em: 9 fev. 2015 (adaptado).

A crítica contida no texto sobre a sociedade contemporânea enfatiza



- A) a prática identitária autorreferente.
- B) a dinâmica política democratizante.
- C) a produção instantânea de notícias.
- D) os processos difusores de informações.
- E) os mecanismos de convergência tecnológica.

Questão 2. Enem 2016 (Enem 2016)

Hoje, a indústria cultural assumiu a herança civilizatória da democracia de pioneiros e empresários, que tampouco desenvolvera uma fineza de sentido para os desvios espirituais. Todos são livres para dançar e para se divertir do mesmo modo que, desde a neutralização histórica da religião, são livres para entrar em qualquer uma das inúmeras seitas. Mas a liberdade de escolha da ideologia, que reflete sempre a coerção econômica, revela-se em todos os setores como a liberdade de escolher o que é sempre a mesma coisa. ADORNO, T; HORKHEIMER, M. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. RJ; Zahar, 1985

A liberdade de escolha na civilização ocidental, de acordo com a análise do texto, é um(a)



- A) legado social.
- B) patrimônio político.

- C) produto da moralidade.
- D) conquista da humanidade.
- E) ilusão da contemporaneidade

Questão 03. (Unesp, 2013)

Uma obra de arte pode denominar-se revolucionária se, em virtude da transformação estética, representar, no destino exemplar dos indivíduos, a predominante ausência de liberdade, rompendo assim com a realidade social mistificada e petrificada e abrindo os horizontes da libertação. Esta tese implica que a literatura não é revolucionária por ser escrita para a classe trabalhadora ou para a “revolução”. O potencial político da arte baseia-se apenas na sua própria dimensão estética. A sua relação com a práxis (ação política) é inextricavelmente indireta e frustrante. Quanto mais imediatamente política for a obra de arte, mais reduzidos são seus objetivos de transcendência e mudança. Nesse sentido, pode haver mais potencial subversivo na poesia de Baudelaire e Rimbaud que nas peças didáticas de Brecht.

(Herbert Marcuse. A dimensão estética, s/d.)

Segundo o filósofo, a dimensão estética da obra de arte caracteriza-se por



- A) apresentar conteúdos ideológicos de caráter conservador da ordem burguesa.
- B) comprometer-se com as necessidades de entretenimento dos consumidores culturais.
- C) estabelecer uma relação de independência frente à conjuntura política imediata.
- D) subordinar-se aos imperativos políticos e materiais de transformação da sociedade.
- E) contemplar as aspirações políticas das populações economicamente excluídas.

Questão 4. Indústria cultural (Uel 2013)

O modo de comportamento perceptivo, através do qual se prepara o esquecer e o rápido recordar da música de massas, é a desconcentração. Se os produtos normalizados e irremediavelmente semelhantes entre si, exceto certas particularidades surpreendentes, não permitem uma audição concentrada, sem se tornarem insuportáveis para os ouvintes, estes, por sua vez, já não são absolutamente capazes de uma audição concentrada.

Não conseguem manter a tensão de uma concentração atenta, e por isso se entregam resignadamente àquilo que acontece e flui acima deles, e com o qual fazem amizade somente porque já o ouvem sem atenção excessiva.

(ADORNO, T. W. O fetichismo na música e a regressão da audição. In: Adorno et al. Textos escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p.190. Coleção Os Pensadores.)

As redes sociais têm divulgado músicas de fácil memorização e com forte apelo à cultura de massa.

A respeito do tema da regressão da audição na Indústria Cultural e da relação entre arte e sociedade em Adorno, assinale a alternativa correta.



- A) A música representa um domínio particular, quase autônomo, das produções sociais, pois se baseia no livre jogo da imaginação, o que impossibilita estabelecer um vínculo entre arte e sociedade.
- B) A música de massa caracteriza-se pela capacidade de manifestar criticamente conteúdos racionais expressos no modo típico do comportamento perceptivo inato às massas.
- C) A tensão resultante da concentração requerida para a apreciação da música é uma exigência ex-

tramusical, pois nossa sensibilidade é naturalmente mais próxima da desconcentração.

- D) A impossibilidade de uma audição concentrada e de uma concentração atenta relaciona-se ao fato de que a música tornou-se um produto de consumo, encobrindo seu poder crítico.
- E) Audição concentrada significa a capacidade de apreender e de repetir os elementos que constituem a música, sendo a facilidade da repetição o que concede poder crítico à música.

.



AULA 13.

GILBERTO FREYRE E O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

Gilberto Freyre (1900- 1986) nasceu em 15 de março de 1900, em Recife, Pernambuco. Estudou ciências sociais e Artes. Fez carreira acadêmica. Em 1933, publicou a obra “Casa Grande & Senzala”. *Nessa obra*, Freyre estuda a colonização portuguesa descrevendo a formação da família e do patriarcado. Economicamente, a monocultura latifundiária (cultura do açúcar) passou a exigir grande número de escravos. Dessa forma, a relação entre brancos e negros é a relação entre a Casa grande e a senzala. Esse modelo econômico afetou profundamente a vida do povo brasileiro. *Em 1936*, publica *Sobrados e mocambos*. Nessa obra, mostra como o patriarcado rural começa a ruir e o que nasce e se eleva são as elites brasileiras urbanas, de matriz europeia. Assim, as casas-grandes dão lugar aos sobrados europeus e as senzalas migram para os casebres dos bairros pobres das cidades. Em

Ordem e Progresso, publicado em 1957, Freyre descreve o desmoronamento do patriarcado e o surgimento do trabalho livre, em contexto de industrialização, imigração e urbanização. Politicamente, nasce o Brasil republicano, após o reino da monarquia e da escravatura.



MISCIGENAÇÃO ÉTNICA é o resultado do encontro ou do cruzamento de indivíduos de diferentes étnicas ou culturas: povos indígenas, negro africanos, colonizadores europeus, imigrantes europeus, árabes, japoneses, sul-americanos etc.

Seguramente, essa ideia, defendida por Freyre, de que os **colonizadores não tinham preconceito racial** tem origem no fato de os portugueses sentirem uma radical atração sexual pelas mulheres índias, negras e mulatas. A cientista social Bárbara Freitag, ao revisitar a história de Florestan Fernandes, apresenta profunda sensibilidade ao contextualizar o pensamento de Freyre e mostrar a dimensão cultural de sua consciência.



Gilberto Freyre permanecia arraigado nas tradições do Brasil colonial, cujas instituições – o latifúndio, a monocultura (do açúcar) e a escravidão – descrevera de ma-

neira brilhante em *Casa grande e senzala* (1933). Ao defender a **tese da inexistência de preconceito racial no Brasil**, idealizava a relação entre casa grande e senzala e revelava seu “bias” ideológico, de homem pertencente às elites rurais do ciclo do açúcar

Bárbara FREITAG. Florestan Fernandes: revisitado. In: *Estudos avançados*. vol.19 no.55 São Paulo Sept./Dec. 2005.

O sociólogo Jessé Souza apresenta a visão de Freyre nesses termos:



Segundo Freyre, a singularidade de nossa cultura é a propensão para o encontro cultural, para a síntese das diferenças, para a unidade na multiplicidade. É por isso que somos únicos e especiais no mundo. Devemos, portanto, ter orgulho e não vergonha de sermos “mestiços”...

(SOUZA, Jessé. “A gramática social da desigualdade brasileira”. In: *RBCS* Vol. 19 nº. 54, fev./2004. p. 94.)

Freyre afirma:



Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo - há muita gente de genipapo e mancha mongólica no Brasil - a sombra, ou pelo menos a pinta do indígena e do negro. No litoral, do Maranhão ao Rio Grande do Sul, e em Minas Gerais, principalmente do negro. A influência direta, ou vaga e remota, do

africano. Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a influência negra. FREYRE, Gilberto. Casa grande & senzala:....

(Coleção Archivos). p. 301

QUESTÕES



Questão 1. (ENADE 2008)

Em Casa-Grande & Senzala, Gilberto Freyre oferece uma interpretação da formação da sociedade brasileira, destacando as características do patriarcado brasileiro e o processo de interpenetração de etnias e culturas. Nesse processo de formação, o português, o índio e o escravo de origem africana exerceram influências específicas. Considerando esse assunto e as idéias do autor citado, qual das opções abaixo apresenta duas características que não podem ser atribuídas ao colonizador português nesse processo de formação?



- A) mobilidade e miscigenação
- B) vulnerabilidade e preconceito étnico ou racial
- C) adaptabilidade e aclimatabilidade

- D) hibridização e preconceito religioso
- E) flexibilidade e plasticidade

Questão 02. Freire. (ENADE 2005)

Gilberto Freire, no livro *Casa Grande e Senzala*, analisa aspectos das relações inter-raciais no Brasil. Considerando a maneira como esse autor desenvolve, em sua análise, o mito da harmonia entre as três raças que constituíram a nação brasileira, assinale a opção correta.



- A) Segundo esse autor, a miscigenação produz uma sociedade singular nos trópicos, caracterizada principalmente pela convivência pacífica entre as raças.
- B) A análise de Gilberto Freire está focada na idéia de dissidência entre as três raças, o que constitui o principal ponto de conflito da nação brasileira.
- C) No mito da harmonia racial, Gilberto Freire sugere a preponderância absoluta do elemento branco sobre os negros e os índios.
- D) O preconceito racial é, segundo esse autor, um elemento fundador do mito da nação brasileira.
- E) Para o autor, o fenômeno da miscigenização indica um desequilíbrio entre as três raças constitutivas da nação brasileira.



AULA 14.

FLORESTAN FERNANDES E A ESCRavidÃO QUE CONTINUA

Florestan Fernandes (1920-1995) nasceu em São Paulo. Sendo filho de imigrante portuguesa, empregada doméstica e analfabeta, conheceu a vida adulta desde criança. Começou a trabalhar como engraxate aos 6 anos de idade, foi auxiliar de garçom, entregador de remédios etc. Em 1941, começou a estudar ciências sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, onde foi professor até 1969, quando foi destituído do cargo pelo AI-5 do regime militar e foi obrigado a se afastar do Brasil. No exterior, deu aulas na Universidade de Columbia, na Universidade de Toronto, na Universidade de Yale,. Em 1976, no Brasil, voltou a lecionar, desta vez na PUC de São Paulo. Em 1986, foi eleito deputado constituinte pelo Partido dos Trabalhadores e 1990 foi reeleito como deputado federal.

Os temas predominantes de suas obras são: desigualdade social, crítica à Ditadura e ao governo militar, crítica ao capitalismo a partir de uma perspectiva marxista. Além desses temas, Florestan Fernandes escreveu muitas obras específicas sobre a natureza da sociologia, como *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (1959), *Ensaio de sociologia geral e aplicada* (1960), *A sociologia numa era de revolução social* (1963), *Elementos de sociologia teórica* (1970), *Mudanças sociais no Brasil* (1974), *A sociologia no Brasil* (1977), *A natureza sociológica da sociologia* (1980), *Poder e contra-poder na América Latina* (1981). As linhas gerais de seu pensamento são marcadas pela **análise crítica das desigualdades sociais, explicitando as contradições da sociedade de classes.**

Florestan Fernandes, em sua profunda pesquisa sobre *A integração do negro na sociedade de classes* (1966) realiza uma verdadeira revolução na concepção que reinava. Ele desmascara o mito da democracia racial, presente no pensamento de Gilberto Freyre. Longe já estamos da formal libertação dos escravos. Contudo permanece uma forma de *apartheid* social e étnica no Brasil e em outros países. A manutenção dessas formas de exclusão da cidadania efetiva tem uma história, ela é fruto de jogos de interesse.

No fragmento a seguir, Florestan Fernandes toca no ponto central para percebermos a construção histórica e

a manutenção história da escravidão e das desigualdades sociais.



A desagregação do regime escravocrata e senhorial operou-se, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado ou a Igreja ou outra qualquer instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objetivo prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto viu-se convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. S:P Dominus / Edusp. 1970. p.1

Com base nessa reflexão de Florestan Fernandes, evidencia-se a razão histórica da escravidão que perdurou. Verdadeiramente, não basta assinar uma lei que decrete o fim da escravidão, quando os até então escravizados permanecem excluídos dos direitos sociais e não têm a oportunidade histórica de se prepararem para competirem com os outros em condições de dignidade humana.



Nos estudos realizados sobre índios, negros e brancos no Brasil, em especial focalizando suas chances educacionais, Fernandes não esconde sua simpatia e solidariedade incondicionais pelos oprimidos, excluídos, desprivilegiados. Longe de estar “desprendido” de sua origem social, como reivindicaria Mannheim, Fernandes usa-a como arma para denunciar o cinismo e a ideologia de uma sociedade hipócrita que se diz democrática mas que, em verdade, acumula privilégios para minorias tradicionalmente beneficiadas, reforçando injustiças, cristalizadas em uma das concentrações de renda mais elevadas do mundo.

Bárbara FREITAG. **Florestan Fernandes: revisitado.** In: *Estudos avançados*. vol.19 no.55 São Paulo Sept./Dec. 2005.

QUESTÕES



Para Florestan Fernandes a condição fundamental para uma sociedade verdadeiramente democrática é o rompimento ou a destruição completa dos fundamentos escravocratas. Somente o reconhecimento e a afirmação da igualdade fundamental entre os homens poderão tornar efetiva uma democracia. Enquanto perdurarem os mecanismos de

exclusão do negro ex-escravo na sociedade capitalista “(...) o padrão de democracia inerente à sociedade de classe numa economia capitalista seria impraticável.”

(FERNANDES, F. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. Vol. II, Ed. Globo, São Paulo, 2008. p.9)

Questão (Uenp 2010)

Do ponto de vista sociológico, no Brasil se constituiu sobre o mito da democracia racial principalmente depois da publicação de *Casa grande e senzala* de Gilberto Freyre (2003). De acordo com Florestan Fernandes (1965) o ideal de miscigenação fora difundido como mecanismo de absorção do mestiço não para a ascensão social do negro, mas para a hegemonia da classe dominante. O mito da democracia racial assentou-se sobre dois fundamentos: 1) o mito do bom senhor; 2) o mito do escravo submisso.

Analise as afirmações:

- I. A crença no bom senhor exalta a vulgaridade das elites modernas, como diria Contardo Calligaris, e juntamente com uma espécie de pseudocordialidade seriam responsáveis pela manutenção e o aprofundamento das diferenças sociais.

- II. O mito do escravo submisso fez com que a sociedade de um modo geral não encarasse de frente a violência da escravidão, fez com que os ouvidos se ensurdescessem aos clamores do movimento negro, por direitos e por justiça.
- III. As proposições legislativas sobre a inclusão de negros vão desde o Projeto de Lei que reserva aos negros um percentual fixo de cargos da administração pública, aos que instituem cotas para negros nas universidades públicas e nos meios de comunicação.

Assinale a alternativa correta:



- A) todas as afirmações são verdadeiras.
- B) apenas a afirmação II é verdadeira.
- C) as afirmações I e III são verdadeiras.
- D) as afirmações I e II são falsas.
- E) todas as afirmações são falsas



AULA 15.

SERGIO BUARQUE DE HOLANDA. RAÍZES DO BRASIL

Sérgio Buarque de Holanda nasceu em uma família paulistana. Teve acesso a uma excelente educação escolar, de natureza humanista. Em 1921, a família mudou para o Rio de Janeiro. Lá, Sérgio Buarque estudou direito e exerceu sua vida intelectual como jornalista, editor e crítico literário. Em 1929, foi enviado a Berlim, na Alemanha, como correspondente internacional de “O Jornal”. Em 1931, volta ao Rio de Janeiro com uma nova e aprofundada visão crítica da realidade

Sérgio Buarque de Holanda publica sua obra *Raízes do Brasil* em 1936, uma análise de nossa história, refletindo sobre as perspectivas para superar a nossa herança colonial. Embora o Brasil, na década de 30, já estivesse integrado à modernidade, sua economia ainda era muito debilitada, a sociedade era basicamente agrária e pobre. Em termos políticos, o que se via eram permanentes

disputas entre as diferentes oligarquias agrárias. A elite brasileira era profundamente despótica, conservadora e autoritária.

Na obra *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda serve-se de uma linguagem plástica para descrever os padrões dominantes em nossa cultura. Com os termos dualistas “trabalho” e “aventura”, “semeador” e “ladri-lhador”, O autor cria tipos ideais para ler a história que se construiu no Brasil.

Entre as temáticas centrais dessa obra, destacamos, em primeiro lugar, a distinção entre o **domínio do sistema colonial português** em relação ao sistema espanhol. Para Sérgio Buarque de Holanda, os portugueses não apresentavam um amor ao trabalho disciplinado, eram aventureiros. E isso será decisivo no tipo de colonização que aqui se operou. Um segundo tema relevante na obra é o **do patriarcado rural**, no qual os fazendeiros se impõem com um poder que decide sobre tudo. Para Sérgio Buarque, em sua leitura crítica do poder, nenhuma outra instituição social teria marcado tanto o Brasil colônia quanto o patriarcado rural. Um terceiro tema que merece destaque refere-se à debilidade do liberalismo burguês. Devido a essa hegemonia do patriarcado, para Sergio Buarque, não teria havido espaço para a formação de uma elite burguesa urbana. Com a debilidade de uma perspectiva liberal, o que vai marcar as relações políti-

cas entre governantes e governados é o modelo da família patriarcal.



Na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratar com familiaridade os governantes.

(HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 160.)

Nesse contexto do poder patriarcal desenvolve-se o quarto tema mais relevante na obra de Sérgio Buarque: “o homem cordial”, um tipo ideal, um modelo de sociabilidade.

Na contramão de uma visão de senso comum, com a expressão “homem cordial”, Sérgio Buarque de Holanda não se refere a uma suposta generosidade, afabilidade ou inocência do brasileiro, mas as relações impessoais, a hostilidade à formalidade da lei, da burocracia, que afirma a igualdade. O acento recai sobre relações amistosas e lealdades pessoais não conflitivas, corporativismos, personalismos, o que acaba gerando uma instabilidade no campo da norma e das instituições. No caso de conflitos, “o homem cordial” normalmente atua com

violência, pois interpreta o conflito como uma ameaça ao modelo de sociabilidade.



Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade - daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhaneza [afabilidade] no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes expressões de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 146-147.

QUESTÕES



Questão 1 (ENADE, 2011)

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade - daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhanza [afabilidade] no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes expressões de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 146-147.

Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda utiliza o conceito de “homem cordial”



- A) para definir o caráter nacional brasileiro, cuja origem encontra-se em nossos ancestrais ibéricos.

- B) como fruto da análise da psicologia do brasileiro, por meio da qual busca estabelecer os traços genéricos da cultura nacional.
- C) para descrever o modo de ser de todo brasileiro, isto é, um indivíduo afetuoso e acolhedor, características elogiadas pelos estrangeiros que visitam o país.
- D) como um tipo ideal, sem existência efetiva; com esse conceito, busca compreender a conduta dos agentes sociais sem pretender fixar um caráter nacional.
- E) para indicar como a cordialidade foi imprescindível para a consolidação da democracia no Brasil, criando instituições marcadas pelas relações familiares e pessoais.

Questão 2. (Enem 2015)

Em sociedade de origens tão nitidamente personalistas como a nossa, é compreensível que os simples vínculos de pessoa a pessoa, independentes e até exclusivos de qualquer tendência para a cooperação autêntica entre os indivíduos, tenham sido quase sempre os mais decisivos. As agregações e relações pessoais, embora por vezes precárias, e, de outro lado, as lutas entre facções, entre famílias, entre regionalismos, faziam dela

um todo incoerente e amorfo. O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras.

HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

Um traço formador da vida pública brasileira expressa-se, segundo a análise do historiador, na

- A) rigidez das normas jurídicas.
- B) prevalência dos interesses privados.
- C) solidez da organização institucional.
- D) legitimidade das ações burocráticas.

Questão 3. (UEL, 2011)

Leia o texto a seguir. Na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratar com familiaridade os governantes.

(HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 160.)

O trecho de Raízes do Brasil ilustra a interpretação de Sérgio Buarque de Holanda sobre a tradição política brasileira. A esse respeito, considere as afirmativas a seguir.

- I) As mudanças políticas no Brasil ocorreram conservando elementos patrimonialistas e paternalistas que dificultam a consolidação democrática.
- II) A política brasileira é tradicionalmente voltada para a recusa das relações hierárquicas, as quais são incompatíveis com regimes democráticos.
- III) As relações pessoais entre governantes e governados inviabilizaram a instauração do fenômeno democrático no país com a mesma solidez verificada nas nações que adotaram o liberalismo clássico.
- IV) A cordialidade, princípio da democracia, possibilitou que se enraizassem, no país, práticas sociais opostas aos princípios do clientelismo político.

Assinale a alternativa correta.



- () Somente as afirmativas I e II são corretas.
- () Somente as afirmativas I e III são corretas.
- () Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- () Somente as afirmativas I, II e IV são corretas.
- () Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

Questao 4.(Uema 2016)

(...) Em entrevista à Folha de S. Paulo, o sociólogo espanhol Manuel Castells chegou a tempo de enfiar o dedo nas escancaradas escaras da sociedade brasileira. (...) “A imagem mítica do brasileiro simpático só existe no samba. Na relação entre pessoas, sempre foi violento. A sociedade brasileira não é simpática, é uma sociedade que se mata”. [...] “Para os leitores de Sergio Buarque de Holanda, o sociólogo espanhol apenas redescobre as raízes da sociedade brasileira plantadas nos terraços da escravidão, entre a casa-grande e suas senzalas. (...) Sob a capa do afeto, o cordialismo esconde as crueldades da discriminação e da desigualdade.”

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. A incivilidade gourmet. Carta Capital, Ano XXI, Nº 854.

A matéria retratada aponta como ilusória a ideia de que o brasileiro teria como característica a cordialidade, sendo, ao contrário, preconceituoso e agressivo. As frases expressivas da arrogância discriminativa presente no cotidiano da sociedade brasileira estão indicadas em



- A) “Você não pode discutir comigo porque não fez faculdade.” “Quem poderia resolver essa situação?”
- B) “E você, quem é mesmo?” “Um momento enquanto verifico o seu processo.”

- C) “A culpa é da Princesa Isabel.” “Este é o número do seu protocolo, agora é só esperar”.
- D) “Eu sou o doutor Fulano de Tal.” “O senhor será o próximo a ser atendido.”
- E) “O senhor sabe com quem está falando?” “Coloque-se no seu lugar.”



AULA 16.

DARCY RIBEIRO. O HIBRIDISMO DO POVO BRASILEIRO

Darcy Ribeiro (1922-1997) nasceu em Montes Claros, Minas Gerais. Formou-se em Antropologia pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Antropólogo, etnólogo e político reconhecido pela sua reflexão centrada na temática indígena, desenvolveu sua reflexão sob a ótica do desenvolvimento industrial e do processo civilizatório. Suas principais publicações são: Culturas e línguas indígenas do Brasil (1957); a política indigenista brasileira (1962); O processo civilizatório (1968); Os Índios e a civilização (1970); Suma etnológica brasileira (escrito em colaboração, 1986); O povo brasileiro (1995).



Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. Todos nós brasileiros somos, por igual, a mão possessa que os supliciou. A doçura mais terna e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sentida e sofrida que somos e a gente insensível e brutal, que também somos.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. SP: Companhia das Letras, 1995. p. 120.

Em sua obra, *O processo civilizatório: Etapas da evolução sociocultural*, Darcy escreve uma nova teoria explicativa do processo histórico global, a partir do terceiro mundo, buscando as especificidades esquecidas ou omitidas em outras explicações, como a dos colonizados, africanos ou indígenas, historicamente considerados inferiores em relação à metrópole. Para Darcy, as leituras até então realizadas seguiam uma matriz eurocêntrica e, portanto, etnocêntrica. Faltam categorias explicativas que contemplem e reconheçam as singularidades dos povos nativos, em sua identidade cultural.

Para Darcy, entre os povos primitivos e os da civilização moderna não existe linearidade evolutiva, como se houvesse na história uma lógica ascendente que caminhasse de um povo menos evoluído para um mais evoluído. Na

história, o que existe são diversas culturas que interagem. A história é marcada pelo conflito de povos, por rupturas. Essa sua visão é marcada profundamente pelo materialismo histórico e dialético, segundo o qual a história vai sendo escrita em meio às tentativas de dominação de uns sobre outros.

Como decorrência dessa visão histórica conflitiva, o hibridismo torna-se uma concepção que marcará sua obra. As civilizações são complexas, historicamente situadas, nunca são algo puro ou simples. Com isso, Darcy inova em sua narrativa ao acentuar a pluralidade e a interdependência entre povos, ao mesmo tempo em que concentra sua atenção na singularidade de cada povo. Dessa forma, rompendo e evitando qualquer postura positivista ou essencialista, Darcy afirma a construção dialética.



A posição em que se encontra uma sociedade não corresponde a qualidades inatas ou a qualidades imutáveis de sua cultura, senão, em larga medida, a circunstâncias susceptíveis de transformação

DARCY RIBEIRO, *O processo civilizatório*. Etapas da evolução sociocultural. SP: Companhia das Letras, 2001. p. 135.

Dessa forma, a **identidade miscigenada do povo brasileiro** nascerá de um processo marcado pela violência

e de luta pelo reconhecimento em meio a constantes atos de aniquilamento.

Em *O povo brasileiro*, Darcy fala que a criação do Brasil somente se deu devido ao **cunhadismo**, que era a prática indígena de fornecer uma moça índia como esposa para que o estranho se incorporasse à comunidade nativa e formasse com ela um parentesco. Dessa forma, assim que crescer, o brasileiro, brasilíndio ou mameluco, não aceitará a mãe índia, será ignorado pelo pai branco, rejeitado por seus irmãos europeus. É assim que se formou o Brasil.



Como cada europeu posto na costa podia fazer muitíssimos desses casamentos, a instituição funcionava como uma forma vasta e eficaz de recrutamento de mão-de-obra para os trabalhos pesados (...). A função do cunhadismo na sua nova inserção civilizatória foi fazer surgir numerosa camada de gente mestiça que efetivamente ocupou o Brasil. (...) Sem a prática do cunhadismo, era impraticável a criação do Brasil.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro...* São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 83.

No texto a seguir, Darcy reflete sobre o brasileiro em sua busca por identidade.



O brasilíndio como o afro-brasileiro existiam numa terra de ninguém, etnicamente falando, e é a partir dessa carência essencial, para livrar-se da ninguentade de não-índios, não-europeus e não-negros, que eles se vêem forçados a criar a sua própria identidade étnica: a brasileira. [...]. Nós, brasileiros, somos um povo em ser, impedido de sê-lo. Um povo mestiço na carne e no espírito, já que aqui a mestiçagem jamais foi crime ou pecado. Nela fomos feitos e ainda continuamos nos fazendo. Essa massa de nativos oriundos da mestiçagem viveu por séculos sem consciência de si, afundada na ninguentade.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: ... São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 131. 453.

De forma similar, não menos violenta, aconteceu a formação do mulato-brasileiro. Darcy se refere aos atos desumanizadores e destruidores da etnia que o povo negro sofreu ao ser tratado como animal de carga. Assim como o brasilíndio, o afro-brasileiro também se forma numa terra que etnicamente não pertence a ninguém. Com efeito, no Brasil em formação existem os que não são mais nem índios, nem africanos, nem europeus. Será dessa “ninguentade” que nascerá a identidade étnica brasileira.



A empresa escravista, fundada na apropriação de seres humanos através da violência mais crua e da coerção permanente, exercida através dos castigos mais atrozes, atua como uma mó desumanizadora e deculturadora de eficácia incomparável. Submetido a essa compreensão, qualquer povo é desapropriado de si, deixando de ser ele próprio, primeiro, para ser ninguém ao ver-se reduzido a uma condição de bem semovente, como um animal de carga; depois, para ser outro, quando transfigurado etnicamente na linha consentida pelo senhor, que é a mais compatível com a preservação dos seus interesses.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 118.

QUESTÕES



Questão 1.

O brasilíndio como o afro-brasileiro existiam numa terra de ninguém, etnicamente falando, e é a partir dessa carência essencial, para livrar-se da ninguendade de não-índios, não-europeus e não-negros, que eles se vêem forçados a criar a sua própria identidade étnica: a brasileira. [...]. Nós, brasileiros, somos um povo em ser, impedido de sê-lo. Um povo mestiço na carne e no espírito, já que aqui a mestiçagem jamais foi crime ou pecado. Nela fomos feitos e ainda continuamos nos fazendo. Essa massa de nativos oriundos da mestiçagem viveu por séculos sem consciência de si, afundada na ninguendade.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: ...* São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 131. 453.

A partir desse fragmento, considerado a formação do povo brasileiro, Darcy Ribeiro reconhece que:



- A) O povo brasileiro é brasilíndio, um povo mestiço, testemunhando ao mundo uma vida de harmonia interétnica.

- B) O Brasil nasceu da prática do cunhadismo, que gerou no povo brasileiro uma identidade étnica bem definida
- C) O processo de escravidão não impediu com que se formasse a identidade étnica original do povo brasileiro
- D) A identidade étnica brasileira é identidade por construir, originalmente mestiça, é ninguendade, refém de um processo desumanizador muito eficaz.
- E) Os europeus que iniciaram o processo de colonização deixaram um legado que contribuiu para a formação da identidade étnica brasileira



AULA 17.

GLOBALIZACAO

A Queda do muro de Berlim (1989), o fim da Guerra Fria, a desintegração da União das Repúblicas Socialistas (1991), a formação de blocos econômicos: União Européia, MERCOSUL, Nafta... são indicativos de que vivemos em uma nova era.

Vivemos em uma sociedade global. Essa realidade apresenta-se, para as ciências sociais, como um novo e grande desafio. As relações a serem pensadas e analisadas já não são mais somente locais, regionais ou nacionais; elas são globais. A maneira tradicional de pensar, ou seja, como nação, já não atende mais. O paradigma mudou. Um novo paradigma vem emergindo. Há um movimento global que desafia o pensamento das ciências sociais, que desafia e problematiza nossos conceitos de nação, de Estado, de território, de soberania, de hegemonia, as noções de tempo e de espaço, de singular e de plural. A própria noção de humanidade deverá receber uma nova

abordagem e, com ela noção de cidadania deverá receber novo tratamento.

Esse movimento global é muito mais do que uma mera extensão geográfica. É algo novo, original, que vem sendo tematizado por vários pensadores nas mais diferentes áreas do pensamento e da ação humana. Algumas análises concentram-se no aspecto econômico-financeiro da globalização, outros nos aspectos tecnológicos, outros ressaltam a dimensão geopolítica, a luta de uma nação por hegemonia mundial, outros a abordam pelo viés ecológico, sociocultural, religioso etc. Uma grande tarefa é pensar a globalização de modo integrativo, articulando essas dimensões, construindo uma “**imaginação sociológica**”, uma vez que as configurações e os movimentos globais são complexos, interligados.

Na obra “Teorias da Globalização”, no capítulo Modernidade-mundo, encontramos a seguinte reflexão do cientista social Octávio Ianni:



Tudo se desterritorializa. Coisas, gentes e idéias, assim como palavras, gestos, sons e imagens, tudo se desloca pelo espaço, atravessa a duração, revelando-se flutuante, itinerante, volante. Desenraízam-se dos lugares, esquecem os pretéritos, presentificam-se nos quatro cantos do mundo. A sociedade global transforma-se em

um vasto mercado de coisas, gentes e idéias, bem como de realizações, possibilidades e ilusões, compreendendo também homogeneidades e diversidades, obsolescências e novidades [...]; Esse é o universo da fragmentação. Fragmentam-se o espaço e o tempo, o pensado e o pensamento, a realidade e a virtualidade, o todo e a parte. Dissolvem-se modos de ser sedimentados e formas de pensar cristalizadas p. 211-212 [...].

Cada tempo inventa seu tempo. O tempo é uma criação social, u produto da atividade humana, uma invenção cultural. É claro que são várias, múltiplas, congruentes e contraditórias as formas sociais d tempo. Tanto assim que ele pode ser cósmico, geológico, sazonal, histórico, biográfico, mítico, épico, dramático, subjetivo, cronológico, mecânico, elétrico, eletrônico. Mas todos são criações sociais, invenções culturais

IANNI, Octávio. Teorias da Globalização. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 228

A diversidade cultural constitui a riqueza ou o patrimônio comum da humanidade, a ser preservado e cultivado. Em contextos de globalização e de sociedade da informação, o acesso a essa riqueza é bem mais fácil e rápido. Contudo, a análise da forma como a globalização vem acontecendo mostra a complexidade do tema e revela alguns desafios para os diferentes governos nas diversas culturas.



Ana Canen, doutora em Educação e professora na Universidade Federal do Rio de Janeiro, desenvolve pesquisas em multiculturalismo e desenvolve reflexões em torno da construção de competências em perspectivas interculturais. No fragmento a seguir, ela apresenta, de forma sintética, os argumentos a favor de uma educação para a diversidade cultural, em contexto de globalização.



Em um contexto de crescente globalização, a necessidade de uma educação para a diversidade cultural tem sido preconizada em literatura nacional e internacional mediante três argumentos distintos: de um lado, a diluição de fronteiras geográficas pelos avanços da tecnologia, da mídia e da informática estaria propiciando um intercâmbio entre culturas distintas, o que exigiria uma sensibilização para a pluralidade de valores e universos culturais cada vez mais presentes no cotidiano de educadores, alunos e profissionais [...]

Em uma outra perspectiva de análise, um segundo argumento refere-se à constatação de uma filtragem de valores dominantes e de uma cultura predominantemente imbuída por valores consumistas que estaria ameaçando culturas locais, estabelecendo um processo de homogeneização, ameaçador das identidades culturais específicas. Nesse caso, educação multicultural é percebida como uma via pela qual se promove o resgate de valores culturais ameaçados, de forma a se garantir a plura-

lidade cultural, compreendida em uma perspectiva semelhante à de preservação da diversidade ambiental e à defesa de espécies em extinção [...]

Em uma terceira perspectiva, a globalização é percebida em sua face “perversa”: na medida em que não beneficia igualmente os diversos grupos socioculturais, estaria consubstanciando processos discriminatórios, legitimando desigualdades e reforçando a exclusão social. Fenômenos de racismo, de xenofobia contra grupos socioculturais fragilizados economicamente (tais como imigrantes pobres nos países europeus, por exemplo), bem como movimentos de luta por afirmação de identidades étnicas, são ressaltados nessa perspectiva. Nesse caso, a educação multicultural seria uma via pela qual se superaria uma visão meramente folclórica ou exótica acerca da pluralidade cultural, bem como iria além do mero desenvolvimento de valores de “tolerância” e de “apreciação” da diversidade cultural. De fato, nessa terceira perspectiva, fomenta-se, acima de tudo, o desenvolvimento de uma conscientização crítica acerca do binômio pluralidade cultural e poder, e, conseqüentemente, acerca das práticas pedagógicas cotidianas que excluem as vozes ligadas a grupos socioculturais marginalizados [...].

CANEN, Ana. Educação multicultural, identidade nacional e pluralidade cultural: tensões e implicações curriculares. In: *Cadernos de Pesquisa*. Nº.111. São Paulo. Dec. 2000. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742000000300007&script=sci_arttext. Acesso: julho/2017.

Na visão de Milton Santos¹, a globalização é o auge do processo de internacionalização do capitalismo. Milton Santos apresenta a globalização sob três perspectivas:

1. **Globalização como fábula.** É assim que nos fazem ver a globalização, como um fato inevitável, necessário: o mundo é uma “aldeia global”. Trata-se de uma violência da informação, que produz um pensamento único.
2. **Globalização como perversidade.** É o mundo tal como ele é, no qual a globalização aumentou a desigualdade social. Os benefícios da globalização não chegam a um quarto da população mundial.
3. **Globalização como possibilidade.** Por uma outra globalização

1. SANTOS, Milton. Por outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174 p.

QUESTÕES



Questão 1 (ENEM 2012)

“Uma mesma empresa pode ter sua sede administrativa onde os impostos são menores, as unidades de produção onde os salários são os mais baixos, os capitais onde os juros são os mais altos e seus executivos vivendo onde a qualidade de vida é mais elevada”.

(SEVCENKO, N. A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001 (adaptado).

No texto estão apresentadas estratégias empresariais no contexto da globalização. Uma consequência social derivada dessas estratégias tem sido



- A) o crescimento da carga tributária.
- B) o aumento da mobilidade ocupacional.
- C) a redução da competitividade entre as empresas.
- D) o direcionamento das vendas para os mercados regionais.
- E) a ampliação do poder de planejamento dos Estados nacionais.

Questão 2 (Enem, 2015)

No final do século XX e em razão dos avanços da ciência, produziu-se um sistema presidido pelas técnicas da informação, que passaram a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e assegurando ao novo sistema uma presença planetária. Um mercado que utiliza esse sistema de técnicas avançadas resulta nessa globalização perversa.

(SANTOS, M. Por uma outra globalização. Rio de Janeiro: Record, 2008).

Uma consequência para o setor produtivo e outra para o mundo do trabalho advindas das transformações citadas no texto estão presentes, respectivamente, em:



- A) Eliminação das vantagens locacionais e ampliação da legislação laboral.
- B) Limitação dos fluxos logísticos e fortalecimento de associações sindicais.
- C) Diminuição dos investimentos industriais e desvalorização dos postos qualificados.
- D) Concentração das áreas manufatureiras e redução da jornada semanal.
- E) Automatização dos processos fabris e aumento dos níveis de desemprego.

Questao 3. (Enem 2016)

“A mundialização introduz o aumento da produtividade do trabalho sem acumulação de capital, justamente pelo caráter divisível da forma técnica molecular digital do que resulta a permanência da má distribuição da renda: exemplificando mais uma vez, os vendedores de refrigerantes às portas dos estádios viram sua produtividade aumentada graças ao *just in time* dos fabricantes e distribuidores de bebidas, mas para realizar o valor de tais mercadorias, a forma do trabalho dos vendedores é a mais primitiva. Combinam-se, pois, acumulação molecular-digital com o puro uso da força de trabalho”.

(OLIVEIRA, F. Crítica à razão dualista e o ornitorrinco. Campinas Boitempo, 2003)

Os aspectos destacados no texto afetam diretamente questões como emprego e renda, sendo possível explicar essas transformações pelo (a)



- A) crise bancária e o fortalecimento do capital industrial.
- B) inovação toyotista e a regularização do trabalho formal.
- C) impacto da tecnologia e as modificações na estrutura produtiva.

- D) emergência da globalização e a expansão do setor secundário.
- E) diminuição do tempo de trabalho e a necessidade do diploma superior



AULA 18.

MINORIAS E MOVIMENTOS SOCIAIS

O cientista social e político deve considerar com atenção as relações sociais e políticas, analisar com profundidade os conflitos que marcam a vida em sociedade, reconhecer a emergência de novos movimentos sociais em sua luta contra formas marginalizadoras e excludentes de vida e a favor de uma sociedade mais justa e inclusiva. Na atuação articulada de novos movimentos, percebem-se projetos políticos e sociais que trazem profundas inovações em suas respostas à forma como a sociedade está estruturada e organizada. Esses movimentos são fonte de saberes diferenciados, que trazem novas propostas para a sociedade e possibilitam, de forma ativa, a construção de uma nova cultura.



Movimentos sociais são ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas.

Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas para a sociedade

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. In: *Revista Brasileira de Educação* v. 16 n. 47 maio-ago. 2011, p. 335. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acesso: julho/2017

No Brasil contemporâneo, grandes movimentos populares aconteceram nos anos 1970 e 1980, em contexto de Ditadura Militar. Nesse contexto, intensificaram-se os movimentos em forma de protesto e de forte oposição ao regime militar e de luta pela participação do povo em eleições diretas para Presidência da República. Essas pressões populares foram decisivas para a conquista de inúmeros direitos sociais. Seguramente, o conteúdo da Constituição Federal de 1988 foi possível devido a todo esse clima de demanda popular.

Movimentos tradicionais e novos movimentos sociais

Se os tradicionais movimentos modernos eram basicamente movimentos de classe, vinculados a sindicatos,

pertencentes ao mundo do trabalho, atualmente o que congrega as pessoas em movimentos sociais é o desejo de ver seus direitos afirmados, a luta pelo reconhecimento do direito das minorias. Esse engajamento social e coletivo por reconhecimento de direitos, em busca de uma sociedade justa, caracteriza os movimentos sociais contemporâneos. Dessa forma, não se trata mais de movimentos necessariamente vinculados a uma classe social, mas que brotam da sociedade civil organizada.

Em sentido alargado, a ideia de Movimento Social se constrói em torno do tema da identidade ou da identificação social, étnica, ideológica, de orientação sexual etc. Assim, trata-se da articulação de sujeitos e atores coletivos que lutam por um projeto, luta que implica superar uma oposição ou resistência. Nesse sentido, são exemplos os movimentos feministas, estudantis, afro descendentes, de mobilização pela sustentabilidade socioambiental, de orientação sexual, etc. Esses novos movimentos contemporâneos não se prendem a fronteiras geográficas. A possibilidade da conexão transnacional, a partir da sociedade da tecnologia e da informação, traz uma nova faceta a muitos desses movimentos. Um exemplo disso é o *Forum Social Mundial*, um evento altermundialista; ou seja, um movimento social que propõe alternativas em busca por um outro mundo possível.



Alberto Melucci, por exemplo, considerou que na sociedade moderna a existência de sujeitos sociais extrapola a categoria das classes sociais, à medida que a posição do sujeito nas relações de produção não determina, necessariamente, suas outras posições com relação às questões ambientais, de direitos humanos, etc. Por essa razão, esse autor propõe focalizar a análise sociológica dos movimentos sociais na categoria de ações coletivas. (...) Um resultado desse processo é que a organização desses movimentos pela ampliação dos direitos de cidadania, por exemplo, se realiza de forma mais espontânea na esfera da cultura, isto é, à margem dos sindicatos e dos partidos políticos.

DIMENSTEIN, Gilberto. Dez lições de sociologia para um Brasil cidadão. São Paulo: FTD, 2008. P.253.

QUESTÕES



Questao 1 (Enem 2015)

Não nos resta a menor dúvida de que a principal contribuição dos diferentes tipos de movimentos sociais brasileiros nos últimos vinte anos foi no plano da reconstrução do processo de democratização do país. E não se trata apenas da reconstrução do regime

político, da retomada da democracia e do fim do Regime Militar. Trata-se da reconstrução ou construção de novos rumos para a cultura do país, do preenchimento de vazios na condução da luta pela redemocratização, constituindo-se como agentes interlocutores que dialogam diretamente com a população e com o Estado.

GOHN, M. G. M. Os sem-terras, ONGs e cidadania. São Paulo: Cortez, 2003 (adaptado).

No processo da redemocratização brasileira, os novos movimentos sociais contribuíram para



- A) diminuir a legitimidade dos novos partidos políticos então criados.
- B) tornar a democracia um valor social que ultrapassa os momentos eleitorais.
- C) difundir a democracia representativa como objetivo fundamental da luta política.
- D) ampliar as disputas pela hegemonia das entidades de trabalhadores com os sindicatos.
- E) fragmentar as lutas políticas dos diversos atores sociais frente ao Estado.

Questão 2 (ENADE 2005)

Os escritos de Marx sobre o movimento do proletariado podem ser considerados como contribuições clássicas aos estudos dos movimentos sociais. Marx partia do pressuposto de que os movimentos do proletariado deveriam constituir-se a partir da tomada de consciência das classes sociais, da definição de seus opositores de classe e de um projeto de transformação da sociedade. A sociologia contemporânea, a partir de uma leitura da realidade da segunda metade do século XX, como a realizada por Touraine, Melucci, Castells e muitos outros, atualizou esse conceito, considerando que os movimentos sociais se organizam tendo por base a construção de uma identidade coletiva, a definição de adversários ou dos conflitos e de um projeto ou utopia de transformação ou mudança social.

Com base nesses pressupostos, julgue os itens a seguir.

- I. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que construiu, a partir da noção de “sem-terra”, sua identidade coletiva, considera a estrutura da terra como historicamente injusta no Brasil e luta pela redistribuição da propriedade rural, razão por que pode ser considerado um movimento social.
- II. Segundo a sociologia contemporânea, os únicos verdadeiros movimentos sociais no Brasil são os movimentos sindicais.

- III. O Grito dos Excluídos, organizado pelas pastorais sociais, promove manifestações exclusivamente no dia da Independência e, portanto, não se caracteriza como movimento social.
- IV. Segmentos da população negra no Brasil vêm-se organizando em torno de uma identidade afro-brasileira, consideram-se vítimas de um legado histórico de discriminações, propõem modificar essa situação por meio de políticas afirmativas e de reconhecimento étnico e emergem como movimento social.
- V. Somente os movimentos de base classista podem ser considerados como verdadeiros movimentos sociais, tanto no passado como nos dias atuais.

Estão certos apenas os itens



- A) I, II e III.
- B) I, III e IV.
- C) I, IV e V.
- D) II, III e V.
- E) III, IV e V.



AULA 19.

PROJETOS ECONÔMICOS: NEOLIBERALISMO E SOCIAL-DEMOCRATA

Durante os séculos XVII e XVIII, na Europa, formam-se novas concepções de mundo, de economia, de política, de cultura, de ciência. Entre essas visões, destacamos o jusnaturalismo, o contratualismo, o iluminismo, a revolução científica, e o liberalismo. O pensamento liberal tem suas raízes nas reflexões filosóficas e econômica de John Locke, no século XVII e se fortalece com o pensamento econômico de Adam Smith, no século XVIII

Por liberalismo entendemos um conjunto de princípios políticos e econômicos que defendem a liberdade econômica e política, colocando-se contra a presença de um Estado forte e regulador na vida econômica do país.

Entre os principais princípios do liberalismo encontramos a defesa da propriedade privada, o livre mercado, a mínima ingerência do Estado nas questões econômicas, a igualdade jurídica.

O Estado e Bem-estar social (Welfare state) se constitui em um Estado de proteção social. Sua origem tem relação com a crise econômica de 1929. Um dos principais teóricos defensores desse “Estado de Bem-estar social” foi o economista e filósofo inglês John Maynard Keynes (1883-1946). As teorias keynesianas marcaram época, especialmente entre 1930-1970, defendendo a ação do Estado na economia para atingir o pleno emprego. Em conformidade com esse pensamento, o Estado teria papel fundamental de estimular as economias em momentos de profunda crise e recessão econômicas.

Foi justamente durante crise de 29, que suas ideias foram adotadas nos Estados Unidos, no governo do presidente Roosevelt, como suporte para o plano *New Deal* (*Novo Acordo*), que tinha como objetivo tirar a economia americana do fosso da grande depressão provocada pela quebra da bolsa de valores. O *New Deal* foi um conjunto de medidas econômicas e sociais centrado no princípio da forte intervenção do Estado na Economia quebrada. Entre as principais medidas desse plano, destacam-se os fortes investimentos estatais em obras públicas, gerando milhares de empregos, que era um grande desafio após a

quebra da bolsa de valores. Outras medidas importantes foram: Investimentos agrícolas, para aumentar a produção, gerar empregos no campo e estancar o inchaço das cidades; redução da jornada de trabalho, para gerar mais empregos; fiscalização dos estoques das empresas e dos preços dos produtos, para evitar falência das empresas e aumento da inflação; reforma do sistema bancário e monetário, para evitar especulações e fraudes; A criação da Previdência social, do seguro desemprego e o seguro para idosos.

Da década de 40, aparecem significativos resultados desse plano, como a acentuada redução do desemprego, e o consequente aumento da renda das famílias e da produção industrial. Nessa mesma época, na Inglaterra o Estado passa a adotar medidas assistenciais para proteger materialmente os cidadãos, assegurando-lhes uma grande rede de serviços sociais. Entre tais medidas encontram-se: seguro nacional de saúde, seguro contra invalidez, contra doença, aposentadoria.

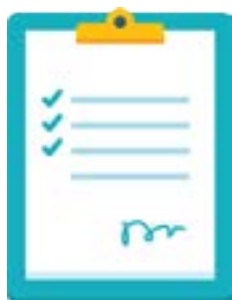
Os países europeus estavam saindo de duas grandes guerras, estavam quebrados. Eles passam a recorrer às teorias de Keynes, no intuito de reerguer as economias de seu país e gerar desenvolvimento social, o que não seria possível sem a forte interferência do Estado.

Keynes busca conciliar economia eficiente com justiça social e liberdade. Esse seu posicionamento na direção

da justiça social o levou a tecer fortes críticas ao modelo liberal da “mão invisível” do livre mercado, posicionando-se contra essa concepção de uma economia desregulamentada. A intervenção do estado deve acontecer por meio de uma política fiscal de controle da inflação. Contudo, Keynes é contrário à estatização da economia, contrario ao socialismo. Ele acredita que a solução para integrar liberdade e justiça social está em reformas dentro co capitalismo.

Com os investimentos no Bem-estar social, o Estado passou a ter elevados gastos, chegando a ter dificuldades em conseguir cumprir seus compromissos ou responsabilidades contraídas. E essa realidade fez com que muitos teóricos contrários a essa política de intervenção estatal pronunciassem profundas críticas, acusando o Estado de paternalismo. Um desses teóricos mais veementes na critica às teorias keynesianas foi o austríaco Friedrich Von Hayek (1899-1992). O que ele defendia, em tese, era a necessidade de reduzir os encargos do Estado, torná-lo mais leve. Era uma volta ao liberalismo, porém em contexto de crescente globalização Essa concepção liberal, a partir da década de 1970, quando a realidade da globalização começa a se tornar mais clara e influente, converte-se em neoliberalismo, conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que busca o crescimento econômico por meio do livre mercado

Foi na década de 1970 que se destaca da escola Monetarista do economista norte-americano Milton Friedman (1912- 2006), defensor do liberalismo e idealizador do neoliberalismo. Suas ideias foram adotadas como solução para a crise do “ouro negro”, de 1970



Crise do “ouro negro”: Na década de 1970 descobre-se que o petróleo é um recurso natural não renovável e que ele estaria extinto em setenta anos. Isso fez o preço do petróleo explodir. Em apenas cinco meses, a partir de fins de 1973, o preço aumentou 400%, gerando desestabilização econômica em praticamente todo o mundo

Milton Friedman defende como solução para a crise econômica e para o desenvolvimento ou prosperidade do país e das pessoas, a valorização da competição ou da concorrência econômica, o que significa dizer, liberdade econômica e não intervenção do Estado na economia, além de buscar a redução desse Estado e a redução de impostos. Tudo isso seria um reconhecimento e uma valorização da democracia política.

Sinteticamente, podemos elencar como principais características ou princípios do neoliberalismo.

- Mínima participação estatal na economia;
- Diminuição do tamanho do estado;
- Pouca intervenção do governo no mercado de trabalho;
- A livre negociação define os salários;
- a base da economia deve ser formada por empresas privadas;
- Aumento da produção;
- Defesa dos princípios econômicos do capitalismo;
- Investimento em infraestrutura

- Desregulamentação da economia;
- Política de privatização de empresas estatais;
- Desburocratização do Estado: leis e regras econômicas mais simplificadas;
- Contra impostos e tributos excessivos;
- A lei da oferta e da demanda;
- Abertura comercial e fim às restrições à penetração do mercado externo; adoção de medidas contra o protecionismo econômico;
- Fiscalização dos gastos públicos,
- Reforma previdenciária

Os principais críticos ao neoliberalismo afirmam que esse modelo de economia é excludente e reducionista, privilegiando os grandes grupos econômicos, as empresas multi ou transnacionais. Os críticos afirmam que os países marginais, em vias de desenvolvimento ou subdesenvol-

vidos, colhem os frutos perversos dessa lógica. Afirmam que ela é essencialmente capitalista, estruturada na exploração, gerando um abismo social e econômico entre as classes sociais, riqueza e concentração de renda por um lado, e pobreza e miséria, por outro. O Brasil, que adotou o neoliberalismo desde o governo Collor, (1989-1992), seria um exemplo desse abismo entre classes, com desemprego estrutural, aumento de exclusão social.

QUESTÕES



Questão 1 (FGV-2002)

Dentre os cenários desenhados para o mundo a partir da aceleração do processo de globalização, destaca-se a idéia da superação do Estado-nação como principal unidade política e econômica de estruturação do espaço mundial. Como justificativa para a construção desse cenário, podem-se destacar, entre outras:



- A) O aumento das migrações inter-regionais, facilitada pela abertura das fronteiras entre os países, e o crescente intercâmbio cultural entre os povos, possibilitado pela expansão dos meios de comunicação em todo o mundo.
- B) O aparecimento de organizações baseadas no princípio do desenvolvimento sustentável, como as

ONGs, e a aceitação de grupos étnicos como entidades políticas e econômicas soberanas, a exemplo dos Curdos, na Turquia.

- C) A diminuição dos conflitos separatistas, como os ocorridos nos Bálcãs, e o crescente reconhecimento da ONU como fórum privilegiado para a solução de conflitos políticos e econômicos locais e regionais.
- D) O crescimento de instituições políticas e econômicas supranacionais, como a Organização Mundial de Comércio, e a relativa autonomia dos circuitos financeiros em escala mundial, caracterizada pela livre circulação de capitais.
- E) A mundialização dos hábitos de consumo e comportamento, disseminados pelos meios de comunicação, e o crescente desinteresse das novas gerações pelas questões de política interna e externa de seus países.

Questão 2 (VUNESP-2006)

A diferença sócio-econômica entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos é cada vez maior, agravada pela aceleração do processo de globalização econômica. O aumento da pobreza no mundo relaciona-se a vários fatores. Escolha a alternativa que melhor expressa essa realidade.



- A) Utilização de políticas públicas paternalistas nos países pobres; controle da natalidade nos países ricos; diminuição da fome nos países subdesenvolvidos.
- B) Aumento da concentração de renda; aumento dos postos de trabalho nos países do sul; pouca qualificação da população nos países mais pobres.
- C) Políticas públicas que favorecem a distribuição de renda; igualdade das oportunidades entre os diferentes países; maior controle no processo de favelização nos países desenvolvidos.
- D) Aumento da concentração de renda; fragilidade de políticas públicas favoráveis a distribuição de renda; desqualificação da mão-de-obra para o ingresso no mercado de trabalho nos países subdesenvolvidos.
- E) Desemprego elevado nos países subdesenvolvidos; ocorrência, em todos os países do mundo, da modernização da produção industrial; maior distribuição de terras nos países mais pobres.

Questão 3 (Mack-2004)

Inspirado no liberalismo clássico e em clara oposição ao Keynesianismo, o neoliberalismo propõe, entre outras medidas:

- I. a atuação do Estado como empresário, como mediador das relações capital-trabalho e como regulador de taxas e tarifas.
- II. o desenvolvimento de uma política de privatização das empresas estatais, para reduzir o papel do Estado na economia.
- III. a minimização do poder dos sindicatos e a redução dos direitos trabalhistas.
- IV. a redução das barreiras para a circulação de mercadorias e capitais entre países, promovendo, assim, uma maior abertura econômica.

Estão corretas: a



- A) apenas I, II e IV.
- B) apenas I, III e IV.
- C) apenas I, II e III.
- D) apenas II, III e IV.
- E) I, II, III e IV.



GABARITO DAS QUESTÕES

Aula 1

01 - C

02 - D

Aula 6

01 - E

02 - C

Aula 11

01 - D

02 - D

Aula 16

01 - D

Aula 17

01 - B

02 - E

03 - C

Aula 2

01 - C

02 - D

Aula 7

01 - A

02 - A

Aula 12

01 - A

02 - E

03 - C

04 - D

Aula 18

01 - B

02 - B

Aula 3

01 - E

02 - A

03 - C

Aula 8

01 - E

Aula 9

01 - B

02 - D

03 - B

Aula 13

01 - B

02 - A

Aula 19

01 - D

02 - D

03 - D

Aula 4

01 - E

02 - E

03 - E

Aula 10

01 - D

02 - E

03 - E

04 - B

Aula 14

01 - A

Aula 15

01 - D

02 - B

03 - B

04 - E

Aula 5

01 - A

02 - C